



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO

| | | |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 0559/07 | DATA: 10/5/2007 |
| INÍCIO: 10h22min | TÉRMINO: 13h47min | DURAÇÃO: 03h25min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h25min | PÁGINAS: 86 | QUARTOS: 41 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

| |
|--|
| |
|--|

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos. Debate sobre procedimentos a serem adotados para a realização dos trabalhos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Havendo número regimental declaro aberta a 3ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do Sistema de Tráfego Aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol, voo 1907, e um jato Legacy da America ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 2ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Wolney Queiroz, ponho-a em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada.

Apreciação de requerimentos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, uma questão de ordem com relação à organização dos trabalhos, por gentileza.

Sr. Presidente, nós recebemos nos gabinetes e também aqui uma pauta com 53 requerimentos. Ocorre, Sr. Presidente... Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ocorre que nós temos conhecimento de que existem pelo menos 94 requerimentos. A pauta distribuída...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputada, sem querer interromper V.Exa...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vai ser motivo da minha primeira fala exatamente justificar a organização desta pauta.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Aí, se V.Exa., após a minha explicação, não se der por satisfeita, eu estarei ao inteiro dispor da senhora para poder fazer qualquer esclarecimento.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Absolutamente de acordo, contanto que o senhor garanta a palavra, como o senhor já colocou aqui. Obrigada, Presidente. Vamos aguardar então.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu estava vendo aqui a nossa pauta e eu percebi que o Requerimento nº 88 está à frente do Requerimento nº 24. É também motivo de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou... É o mesmo caso.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - É o mesmo assunto, só que o 24 está no item 4 da pauta, que é o requerimento da Deputada Solange Amaral sobre também a convocação, a convocação do delegado da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, compete ao Presidente organizar a pauta do dia, a Ordem do Dia. E essa pauta, evidentemente, foi organizada por mim após ouvir o nosso Relator Marco Cunha — Marco Maia, perdão. Desculpe, perdão. E como V.Exas. podem observar, a pauta não está organizada pela ordem de chegada dos requerimentos. E não poderia ser assim. Por quê não poderia ser assim? Porque se assim nós fizéssemos, o Relator não poderia apresentar um roteiro de trabalho. O roteiro dele seria dispensado ou seria atropelado pelos requerimentos, se eles fossem votados na ordem de chegada.

Desta forma, ontem, conversando com as assessoras, eu fiz o seguinte raciocínio: imaginemos uma pessoa que não entendesse do Regimento, como ele iria organizar a pauta? Ora, nós sabemos que a lei ela é teleológica, ela tem uma finalidade, ela tem uma intenção, que é exatamente a de harmonizar os trabalhos, de trazer a paz à sociedade. Então, alguém que fosse fazer um Regimento não iria fazer um Regimento que atropelasse os trabalhos da Comissão. Portanto, a pauta tem, obrigatoriamente, que ser organizada de acordo com o cronograma de trabalho, com o roteiro de trabalho estabelecido pelo Relator. Por quê? Imaginemos aqui o absurdo: o Relator começa o seu trabalho pelo acidente da Gol — foi sugestão



também de Parlamentares da Oposição; achamos que esse é o ponto inicial do nosso trabalho — e aí o Requerimento nº 1 digamos que fosse concernente a um assunto que ele relacionou para ser discutido no último instante. Nós estaríamos, assim, começando pelo final e não pelo começo, conforme estabelecido no seu plano de trabalho. Então, a ordem de chegada dos requerimentos não pode ser obedecida na questão da organização da pauta.

Mas vou completar o raciocínio. Quais os critérios que o Presidente adotou para organizar a pauta? Primeiro, a premência do tempo. Essa pauta foi organizada terça-feira, à noite. Quando saímos daqui, às 4 horas da tarde, fomos para a sessão da Câmara, no plenário, e depois, à noite, nós nos reunimos para organizar a pauta. A Comissão está iniciando agora, ainda não tem o ritmo necessário. Isso é compreensível, ainda há muita inexperiência por parte de todos, especialmente do Presidente, mas fizemos o máximo esforço para, na terça-feira mesmo, organizarmos essa pauta, porque já teria votação na quarta-feira, que foi ontem. E, votando os requerimentos na quarta-feira, requerimentos de audiência, nós não poderíamos convocar audiência na quarta-feira para a pessoa vir para cá depor na quinta-feira, que seria hoje. É óbvio!

Então, o que nós decidimos? Preencher o tempo da quinta-feira com uma diligência. Qual a diligência possível que nós poderíamos fazer para avançar e ganharmos tempo na Comissão? Fazer uma visita ao CINDACTA I, que fica aqui em Brasília. Isso era para ter sido feito hoje. Então a pauta de hoje foi feita para ontem, quarta-feira, e por isso, Deputado Vic Pires, é que o primeiro requerimento da pauta, o primeiro item da pauta, o número 1, é o requerimento de número 88, um dos últimos, porque quando fizemos a pauta existiam 93 requerimentos. Então, por que o requerimento de número 88 precedeu a todos os outros requerimentos, aos outros 87 que lhe antecedem? Precedeu porque se fôssemos votar ontem à tarde, começando pelo requerimento de número 1, nós iríamos passar, talvez, aqui, um mês para chegarmos ao 88. E aí a visita de hoje, que seria do CINDACTA I, evidentemente não seria realizada.

Então, um dos critérios que eu usei — estou seguindo aqui o critério — foi a premência da decisão do requerimento. Quer dizer, esse requerimento de nº 88 teria que ser votado ontem, para podermos fazer a audiência hoje. O outro critério que eu



usei foi colocar na pauta a convocação de pessoas que virão depor nesta CPI na próxima semana. Então, os requerimentos que convocavam pessoas para depor na próxima semana — aquelas pessoas que nós achávamos, segundo o roteiro do Relator, que seriam as pessoas mais necessárias para o seu depoimento — nós os colocamos no item nº 2; são as audiências para a próxima semana.

Então, nós colocamos aqui 3 requerimentos para convocar o Delegado Sayão: o requerimento nº 70, o requerimento nº 36, o requerimento nº 24. Por quê? São os itens 2, 3 e 4 da pauta; estão conjugados aqui porque vão ser votados conjuntamente, porque terça-feira nós já queremos ouvir aquele que nós esperamos ser a pessoa que detém, no momento, o maior número de informações a respeito do acidente do avião da Gol. Por quê? Porque ele presidiu o inquérito da Polícia Federal, e apareceu nos *sites*, ontem, e ele chegou à sua conclusão final. Mas mesmo que não tivesse chegado. Então hoje — era para ter sido feito ontem — esperamos aprovar esses requerimentos, esses 3 requerimentos, para que o Dr. Renato Sayão possa vir, terça-feira, prestar o seu depoimento nesta Comissão.

Os requerimentos seguintes — 5, 6, 7 e 8 — tratam da convocação do Coronel Rufino.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, por favor, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só um instantinho. Não, deixa eu concluir, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. já está começando a analisar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não estou analisando requerimento, estou justificando a organização da pauta. Por favor!

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, os Requerimentos de nºs 5, 6, 7 e 8 são os requerimentos que convocam o Coronel Rufino Antonio. Por quê? Porque o Coronel Rufino Antonio é o coronel que preside a Comissão de Investigação da Aeronáutica. Os Requerimentos de nºs 9, 10 e 11 convocam o Brigadeiro Kersul Filho, Jorge Kersul Filho. Por quê? Porque é o Presidente do CENIPA — Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Então,



qual foi a nossa decisão? Na próxima semana, nós teremos 3 audiências, uma para ouvir o delegado da Polícia Federal que fez o inquérito sobre o acidente da Gol, outra para ouvir o coronel da Aeronáutica que está fazendo a investigação sobre o acidente do avião da Gol, e a outra para ouvir o comandante, o chefe do CENIPA, que é o órgão responsável pela prevenção de acidentes aeronáuticos.

Então, o quê que nós entendemos? Que essas são as 3 pessoas, os 3 brasileiros que, por dever de ofício, devem ter o maior conhecimento...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, por favor!!

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, é da natureza da sua função organizar a pauta. V.Exa. não precisa explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Preciso explicar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nós estamos questionando uma situação anterior.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, questão de ordem. Questão de ordem, Sr. Presidente. De acordo com o Regimento, questão de ordem tem prioridade.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado Carlos Willian, eu estava com a palavra anteriormente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas não é questão de ordem, o Presidente não deu a palavra para a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu pedi uma questão de ordem e o Presidente interrompeu prometendo que me devolveria.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, V.Exa. deu a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não dei a palavra.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, qual foi a nossa decisão? V.Exa. não decidiu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu não dei a palavra, eu estou explicando, por ser da minha obrigação, a organização da pauta. Por quê que eu estou explicando tanto? Porque ouvi ontem observações de vários colegas, que vieram falar comigo questionando por que alguns requerimentos que foram



apresentados depois estavam sendo votados antes. Então, estou dando a justificativa de por que organizei assim, e depois vamos votar.

Outro critério que eu usei para organizar a pauta: os pedidos de informações. Aqui, dado o apressado da hora, o nosso auxiliar, o Marcos, colocou esses requerimentos de informações entre o número 37 e o número 53; e o Deputado Eduardo Cunha apresentou um requerimento de preferência para, depois do Requerimento nº 11, nós votarmos do 37 até o 53, porque são requerimentos que tratam de informações e nós precisamos dessas informações o mais rapidamente possível. Então, por isso é que a pauta foi organizada dessa maneira. Com a melhor das intenções, com toda a finalidade, para que os trabalhos possam seguir o seu curso normal e a gente possa fazer um Relatório à altura do que espera a sociedade brasileira do nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, só para entendermos um pouquinho do Regimento, V.Exa. inverteu a pauta sem consultar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou ...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - V.Exa. inverteu a pauta, o requerimento do Deputado...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. ia me dar a palavra para a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou dizer, eu vou dizer qual foi...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Art. 4º... § 4º. V.Exa. tem que dar à Comissão conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou dizer... Eu vou dar a palavra a V.Exa., Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou dar a palavra a V.Exa., Deputada. Eu já disse a V.Exa. que vou dar a palavra, deixe eu terminar. Todos vão falar, todos vão ter oportunidade. Aqui não há...



O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, questão de ordem é na hora.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, é uma questão de ordem dos trabalhos. São mais de 100 requerimentos, e nós não os conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bem, então fiquem falando à vontade. Eu não posso fazer nada. Eu estou com a palavra, eu estou falando. Se o Presidente não puder falar...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas V.Exa. pode falar à vontade, só não pode é passar por cima do Regimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Tem o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu posso falar o tempo que eu quiser falar. Enquanto eu estiver falando ninguém pode me interromper.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Vai começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O tempo que eu quiser falar eu posso.

Art. 159 do Regimento. Sobre esse artigo o Deputado Gustavo Fruet me falou que haveria essa discordância entre a minha interpretação e a interpretação que os assessores que ele consultou haviam dado. O que diz o art. 159? Trata da preferência de votação.

“Art. 159. Denomina-se preferência a primazia na discussão, ou na votação de uma proposição sobre outra, ou outras.”

O § 4º deste artigo diz o seguinte:

“Art. 159.....

§ 4º - Entre os requerimentos haverá a seguinte precedência:

I - o requerimento sobre proposição em Ordem do Dia terá votação preferencial, antes de iniciar-se a discussão ou votação da matéria a que se refira”.

Claro, ele tem que ser votado antes da matéria, senão não tem sentido o requerimento.



“Art. 159.....

§ 4º.....

II - o requerimento de adiamento de discussão, ou de votação, será votado antes da proposição a que disser respeito.”

E o inciso III, sobre o qual o Deputado Gustavo Fruet levantou a questão, diz o seguinte:

“Art. 159.....

§ 4º.....

“III - quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento, o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação (...)”

É isso que está pegando. Quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento como é que o Presidente faz? Coloca quem em primeiro lugar? Pelo Regimento, a preferência é pela ordem de apresentação. Então, coloca-se em primeiro lugar o que chegou primeiro, em segundo, o que chegou em segundo lugar, e assim sucessivamente.

Continua o inciso III:

“(...)Se simultâneos, pela maior importância das matérias a que se reportarem.”

Aqui é que está a sutileza do Regimento, “*pela importância da matéria a que se reportarem*”. Esses requerimentos aqui estão se reportando a que matéria? A matéria a nenhuma. Eles são a própria matéria. Então esse artigo aqui se refere aos requerimentos aqui, agora, sobre a mesa, da Deputada Luciana Genro, do Deputado Eduardo Cunha — não sei se tem outros — que são requerimentos que vão discutir a matéria que está em votação. Então se tiverem 10 requerimentos e tivermos 20 matérias para votar, que matérias vamos votar? Em primeiro lugar, aquela do requerimento nº 1, se ele foi aprovado; em segundo lugar, aquela do requerimento nº 2, se ele foi aprovado. Por quê? Porque o requerimento está se referindo à matéria determinada. Aqui não, a pauta, os requerimentos que estamos votando aqui, são a própria matéria. Esses requerimentos não estão se referindo a matéria nenhuma.



Evidentemente, que isso é uma sutileza regimental, e devo essa informação ao nosso Assessor especial aqui, Dr. Silvio, que é o *expert* do Regimento na Casa, a quem rendo as homenagens.

Eu, inclusive, Deputado Gustavo Fruet, fiz a ele essa observação. Eu disse: *"Silvio, aqui pelo requerimento tenho que dá preferência a quem chegou primeiro"*. Ele disse: *"Claro, quando se referir a uma matéria que vai ser votada"*. Nós não temos matéria nenhuma, os requerimentos aqui não estão se referindo a matéria nenhuma, os requerimentos são a própria matéria. Aí é que eu digo: cada cabeça uma sentença. Fui atrás de outros Consultores da Casa, esses outros Consultores da Casa me deram a segurança e a tranqüilidade para hoje estar aqui dizendo isso que estou dizendo, com a maior calma.

Dito isso, com todo prazer, passo a palavra à nobre Deputada Solange Amaral. E se ela não estiver satisfeita o suficiente com as explicações exaustivas que aprendi ontem, depois só a gente se entendendo com outros Assessores, porque evidentemente eles sabem muito mais do que nós.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. É claro, estamos todos aqui procurando aprender o Regimento, conhecer as regras. Mas se me permite algumas questões, em primeiro lugar, quero dizer que o nosso objetivo, quando discutimos a questão do requerimento, o que está por trás do requerimento? É o caminho da investigação. Quem virá, o que faremos? Essa é a primeira questão. Mas queria falar para V.Exa., sobre a questão regimental do caminho dos trabalhos.

Em primeiro lugar, foram apresentados quase 100 requerimentos. Regimentalmente, no art. 41, inciso IV, é competência do Presidente da Comissão — e falo com todo respeito, tenho certeza que V.Exa. não pretende atrapalhar o caminho democrático, regimental — dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida e despachá-la. Existem quase 100 requerimentos e não foram encaminhados, despachados, nem dado ciência aos membros da Comissão. Então essa é uma primeira questão, § 4º, do art. 41. Todos os Deputados que integram a Comissão, esta CPI do Apagão Aéreo, precisam, têm o direito de conhecer todos os requerimentos apresentados.



Queria ainda, Sr. Presidente, avançar um pouco em relação ao art. 159, que V.Exa. colocou. É a questão da precedência da apresentação do requerimento. Sr. Presidente, é muito importante, que o Deputado, que tem o seu mandato, que se empenhou, que foi buscado por seus representantes, seus eleitores, cada um... Por que existe uma ordem? Por que existe uma numeração? Para que o Deputado, autor do requerimento, possa ter... Isso é regimental, está no art. 159. É ele que pode, portanto, se ele teve a iniciativa de convocação, fazer uma investigação, um questionamento. Então queria que V.Exa. examinasse isso. Quando temos 53 requerimentos... Não é verdade. Existem inúmeros requerimentos coincidentes na pauta. O 70 é igual ao 36, é igual ao 24; o 79 é igual ao 27, ao 45, ao 54.

Quero pedir a V.Exa... Pode ser até que tenhamos que ter menos ou mais requerimentos; não é essa a questão, mas os membros da Comissão... Esse é um Poder compartilhado, os membros da Comissão têm que conhecer e votar, e o Governo tem maioria. Quando V.Exa. diz: *“Qual foi a nossa decisão? Fazer uma diligência”*, suponho que isso precisa ser votado, Sr. Presidente. Então não há decisão.

Ontem — e quero dizer para V.Exa. que entendo ser uma questão importante para nós todos — a *TV Câmara* anunciava: *“Foi decidido isso, encaminhado aquilo”*. Ainda não houve decisão. O que houve foi a instalação e eleição dos membros. É preciso que todos os membros conheçam todos os requerimentos, todas as propostas, para então encaminharem a votação.

E repito, Sr. Presidente, acho que na questão dos requerimentos aqui apresentados no seu conteúdo, não tenho questões, acho que estão relativamente bem encaminhados. Mas a questão regimental democrática está completamente atropelada. Está absolutamente atropelada. O requerimento nº 70 está na frente do 24; o 79 está na frente do 27, ordenado na pauta. Número 1, 2, 3. Eu acho que isso não é regimental. É direito de todos os Deputados encaminharem isso aqui, e queria pedir a V.Exa. que pudéssemos seguir para todas as apurações, mas seguir o processo democrático de respeito ao mandato de todos os Deputados que estão aqui, indicados por seus partidos. E tenho certeza, isso é um início de trabalho, e que vamos corrigir, mas tudo precisa ser votado e conhecido antes de ser votado. Obrigado, Deputado Marcelo Castro.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para contraditar.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha para contraditar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A questão de ordem é 3 minutos, a contradita tem igual tempo de 3 minutos. Gostaria que V.Exa., respeitasse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É regimental.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Em relação ao primeiro ponto da questão de ordem, art. 41, inciso IV, da nobre Deputada, V.Exa... Na reunião passada ficou acordado nesta Comissão que para todos que quisessem seriam disponibilizadas cópias de todos os requerimentos, pelo volume e pela forma como chegavam. A minha Assessoria pegou a cópia de todos os requerimentos até o dia de ontem, inclusive tinha Parlamentares querendo credenciar funcionários para esta finalidade. Então V.Exa... Já ficou inclusive registrada nas notas taquigráficas a forma como esse conhecimento vai ser dado.

Quando ao art. 159, queria esclarecer o seguinte, para que V.Exa., pudesse decidir essa contradita. V.Exa., já falou, mas como voltou a ser falado pela nobre Deputada, o art. 159 trata de preferência de votação de requerimento. Sobre que requerimentos? Requerimentos que são considerados matéria sobre a mesa, que são estabelecidos no art. 101 do Regimento. Então, estamos única e exclusivamente no art. 159, definindo preferência para votação de requerimento constante do art. 101, que são: retirada de proposição constante da Ordem do Dia, discussão de proposição, adiamento de votação e, finalmente, no destaque, os requerimentos de matéria sobre a mesa.

Qualquer outra forma de requerimento, como a própria Deputada falou sabiamente na primeira parte que não foi questão de ordem, é juízo da Presidência, o estabelecimento da pauta, da forma que melhor convier aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputada...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Gostaria de ouvir V.Exa. quanto às questões regimentais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida. Deputada, V.Exa. tem razão nesse aspecto aqui. O nobre Deputado Eduardo Cunha já mostrou que regimentalmente V.Exa. tem o direito de pedir que todos os requerimentos... que recebam cópias e sejam disponibilizados os requerimentos para cada Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Por que nós fizemos isso?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É competência da Presidência dar a conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Por que nós fizemos isso? Porque já tem hoje, aqui na mesa, aproximadamente 150 requerimentos. Cada um com suas justificativas. Se V.Exa. insistir, não tenho nenhuma dúvida, somos obrigados a cumprir o Regimento. Mas é muito mais prático o Parlamentar mandar um Assessor seu copiar os requerimentos que lhe interessa, que a Mesa está inteiramente à disposição. Acredito que nenhum Parlamentar vai dizer que requereu a cópia de algum requerimento à Mesa e que não conseguiu. Mas, regimentalmente, estamos obrigados a distribuir cada requerimento a cada um dos Parlamentares. Vai se gastar mais tempo, vai se gastar mais dinheiro, e não vamos ter nenhuma vantagem com isso.

Como na sessão anterior falamos assim, ficou para mim, subentendido, que essa seria a praxe dessa CPI. O Parlamentar vê quais são os requerimentos que lhe interessam e pede a cópia. Se lhe interessar todos os requerimentos, ele pede a cópia de todos os requerimentos. Mas a muitos Parlamentares não vão interessar todos os requerimentos. E aí estaríamos fazendo um trabalho desnecessário, perdendo.

A outra questão é que V.Exa. pergunta por que coloquei o requerimento da visita do CINDACTA no item nº 1, e diz que eu falo assim como se estivesse decidido. Deputada, a prova de que não está decidido é que o item 1 da pauta está para ser decidido. O que esse item está fazendo aqui? Ele está aqui para ser decidido pelos Srs. e Sras. Parlamentares. Então, é uma resposta que por si só já está clara.

Agora passo a palavra ao Deputado Vic Pires, que foi o segundo que havia pedido.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - A palavra está comigo, Presidente. É questão de ordem, a palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu já havia dado a palavra ao Deputado Vic Pires. Em seguida, dou a questão de ordem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Está bom, Presidente. É rapidinho, mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, vou ao art. 101. Existe um sistema — e queria lhe perguntar —, o SILEG, que organiza a chegada de todos os requerimentos. Esse sistema foi alterado. Quero saber a informação da Mesa como é que foi alterado esse sistema, se ele existe para todos os requerimentos, para todas as proposições da Casa. Ele organiza na ordem de chegada, na ordem de apresentação. Esse sistema foi alterado, não sei como, e gostaria de que V.Exa. me desse informações se ele foi alterado manualmente e se pode ser alterado manualmente, já que ele é um sistema já implantado na Casa justamente para isso, para obedecer a chegada de todos os requerimentos.

Então, faço este questionamento porque é importante, Sr. Presidente, que se mantenha essa ordem de chegada para que o autor tenha o direito de encaminhar a matéria, o direito de argüir, tudo isso que é importante para o Deputado. É claro que é a mesma matéria, mas a ordem de chegada, Sr. Presidente, é importante. E, quanto à inversão de pauta, tem que passar pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, não foi questão de ordem, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, ele não pode contraditar, porque não foi questão de ordem.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, não foi questão de ordem, não. A do Vic Pires não foi questão de ordem.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vou sugerir a V.Exa. que inscreva os Deputados.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, eu queria encaminhar uma proposta de acordo da pauta. Eu queria propor um acordo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE -... Inscrever os Deputados.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ele não pode contraditar, Presidente. Não é regimental.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, é uma reclamação ao art. 96 do Regimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ele não pode contraditar, não existe contradita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Existe. V.Exa. não pediu uma questão de ordem, mas V.Exa. formulou uma questão de ordem.

Para contraditar, o Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, V.Exa. pode me inscrever pela ordem *a posteriori*, por gentileza.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Inscrever-me pela ordem também, Presidente, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, vou contraditar, mas antes gostaria de fazer um apelo a V.Exa., que V.Exa. seja mais pragmático. V.Exa. está sendo muito condescendente. V.Exa. deu as explicações iniciais, o que foi muito bom para toda a Comissão, mas não podemos polemizar em cima de 1 ou 2 membros em detrimento dos demais membros da Comissão. As questões de ordem, regimentalmente, têm que ser resolvidas, mas estamos vendo aqui que a Oposição claramente está querendo fazer nesta CPI um boicote, fazer um boicote. Estamos



querendo aprovar os requerimentos, que são 150. V.Exa. já colocou 50 na pauta de votação. Vamos votar esses 50, depois vamos reclamar pelos outros.

Quanto à questão de ordem, Sr. Presidente, do art. 101, acho que é até um desrespeito aos funcionários da Casa. Nós não temos aqui aparelho de autenticação eletrônica para cada Comissão desta Casa. A praxe é o funcionário da Casa — são pessoas concursadas, respeitadas e que merecem a nossa confiança —, na medida em que chegam os requerimentos eles assinam e por eles dão inclusive a garantia da autenticação. E se nós tivermos um, não vou falar apagão, mas se nós tivermos uma falta de energia elétrica? Como vai ser o sistema de protocolo?

Então, Sr. Presidente, a contradita será essa. Agora, peço a V.Exa., de acordo com o Regimento, que V.Exa. avance nesses trabalhos, porque a responsabilidade dos Deputados, que estão querendo que realmente essa CPI trabalhe, manda votar os requerimentos para podermos mostrar para a sociedade que estamos trabalhando. E, de forma competente, Sr. Presidente, V.Exa. colocou na mesa, colocou na Mesa os requerimentos e eles foram amplamente divulgados. Tanto que estão na minha mão! Ou isso não é divulgação? Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, gostaria de propor um acordo com relação à questão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou passar a palavra ao Deputado Silvio Costa, que pediu para formular uma questão de ordem. Deputado, formule a questão citando o Regimento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu quero, eu quero... Veja bem, para citar o Regimento. Vou pegar o art. 95 do Regimento para fazer uma reclamação, então. Presidente, veja bem. Gostaria de sugerir a V.Exa., um homem profundamente sereno e eu gostaria que a serenidade fosse a marca da CPI. Veja, V.Exa. acabou de dar uma contradita ao Deputado Carlos Willian e não podia, regimentalmente, porque o Deputado Vic Pires não fez uma questão de ordem. Segundo, quero registrar que sou da base do Governo, mas a Deputada Solange Amaral, que é da Oposição, tem razão. Nós, numa CPI, não podemos abrir precedentes! V.Exa. acabou de dizer ali que, regimentalmente, a Deputada Solange



tem razão. Então, se regimentalmente tem razão, só tem uma solução: V.Exa. tomaria a decisão que V.Exa. quer, a Deputada Solange recorreria da sua decisão e o Plenário decide! Se assim não fizer, esta CPI começa equivocada! Esse assunto é muito sério e a gente não pode ficar aqui... A gente entende que a Oposição está fazendo o papel dela, e nós, governistas, estamos fazendo o nosso papel. Agora, de papel em papel e de concessão em concessão, daqui a pouco, a gente perde o controle de algumas coisas. Então, eu gostaria que efetivamente, até por conta da seriedade desse assunto, V.Exa. tomasse a decisão, que é da sua prerrogativa. Se a Deputada Solange não concordar, recorre ao Plenário e o Plenário decide. Mas que V.Exa., como um homem competente, não abrisse mão nunca do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, fui citada... Por favor, Sr. Presidente. Quero encaminhar...

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu estou inscrito, eu gostaria de usar a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para contraditar o Deputado Silvio.

(Não identificado) - Vamos seguir as inscrições, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quero contraditar, questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, Sr. Presidente, fui citada 2 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, para contraditar a questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, em primeiro lugar...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu fui citada 2 vezes e peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - ... em primeiro lugar, a questão de ordem do Deputado Silvio, feita sobre o art. 95, e é bom que a gente leia o art. 95, para que todo o Plenário saiba quando é possível ser feita uma questão de ordem: Diz o art. 95:

“Art. 95 Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento na sua



prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.

§ 1º. Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada questão de ordem atinente diretamente à matéria que nela figure.

§ 2º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de 3 minutos para formular questão de ordem nem falar sobre a mesma mais de uma vez”.

Então, na realidade, o Deputado Silvio fez uma reclamação — não deveria ser o art. 95, deveria ser o art. 96 — e a reclamação do Deputado já foi respondida, porque não se trata que o Presidente...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Deputado, eu quero agradecer o seu elogio.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu estou com a palavra. Espere, eu estou com a palavra.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Obrigado. V.Exa. leu apenas o que eu disse aqui. Fiz uma reclamação do Regimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu quero a palavra assegurada, por favor, Deputado. Isso, depois, a gente fala. É simplesmente... V.Exa. não está desrespeitando o Regimento não cumprindo a reclamação feita pela Deputada Solange. Foi combinado, na primeira reunião, que as cópias seriam disponibilizadas. E ninguém aqui levantou questão de ordem de que não concordava com essa forma.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não está na ata, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Foi... Está na Taquigrafia, não está na ata, porque a ata é resumo. Basta pegar a Taquigrafia que vai se ver que o Presidente deu ciência, houve um acordo de que as cópias estariam disponibilizadas. Querer fazer um cavalo de batalha é querer que chegue a Ordem do Dia e dizer que a gente não vota nada, e dizer que nós estamos querendo breçar a CPI. Eu quero votar os requerimentos para que a gente comece os trabalhos antes que inicie a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Vamos votar, Presidente. Vamos começar a votar.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, por favor, eu fui citada e queria... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou, eu vou tentar diminuir um pouco a liberalidade da Presidência.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Muito bem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, eu fui citada 3 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, vou permitir à Deputada Solange Amaral...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ... que diz que foi citada pelo Deputado Silvio...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu também fui citado, Presidente! Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois é, mas ela está pedindo a palavra. E eu inscrevi, quando ainda havia a liberalidade da Presidência, o Deputado Gustavo Fruet, o Deputado Eduardo..., o Deputado Zarattini e o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E Efraim Filho pediu a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, eu vou ouvir esses 3, após a Deputada Solange Amaral, e, em seguida, vamos passar à votação dos requerimentos. Senão, vamos ficar aqui o dia todo e não vamos chegar a nada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, obrigada. Queria avançar em relação à questão da organização da pauta e, em primeiro lugar, deixar claro que nós, da Oposição, temos todo interesse... Aliás, a CPI só existe porque a Oposição foi ao Supremo Tribunal Federal. Então, nós temos o maior interesse, preparamo-nos para esta reunião. Então, queremos encaminhar, Sr. Presidente, uma questão relativa para que a gente possa votar unanimemente essa pauta. A primeira proposta de pauta de V.Exa. lista 53 requerimentos. Nós, junto com a nossa Assessoria, verificamos que, na verdade, em termos de conteúdo, são 21, porque há vários requerimentos repetitivos. O que queremos encaminhar a V.Exa.? Os



Deputados não conhecem os outros 50 requerimentos que ficaram de fora. Por exemplo, tive acesso a um requerimento do Deputado Gustavo Fruet que solicita documentação do DAC, que não foi incluída. Então, para deixar claro que nós queremos apurar, queremos votar, mas o Regimento é a lei que nos rege. Foi por esse Regimento que V.Exa. foi eleito, que o Relator foi eleito. Então, queríamos, primeiro, dizer que há 21 requerimentos de conteúdo, na verdade, e pedir que nossa Comissão, durante 20 minutos, meia hora, examine os requerimentos que não estão aqui e proponha a V.Exa. a inclusão na pauta e, aí, Sr. Presidente, nós podemos votar unanimemente esses requerimentos. Mas não dá para os Deputados não conhecerem o que vai ser votado. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos passar a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, como colaboração. quero apresentar 3 pontos, até lembrando que foi cancelada a sessão, ganhou-se um tempo. Mas o objetivo é superarmos essa discussão de forma a podermos entrar no conteúdo. É próprio de início de uma CPI. O primeiro ponto é com relação à divulgação da pauta, à elaboração da pauta. É procedente a observação de V.Exa. do art. 159, mas trago, como questão preliminar, a disposição do art. 47, quando estabelece: *“O Presidente da Comissão organizará a Ordem do Dia”* — portanto, anterior às matérias que estão incluídas na pauta, ao definir quais matérias entrarão na pauta — *“de suas reuniões, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX, do Título V”*. Ou seja, aplica-se, por analogia, para estabelecer a pauta, como questão prévia dessa discussão, o art. 47. Se não for o entendimento de V.Exa., sugiro recurso ao Presidente da Câmara, até para prevenir futuras votações desta Comissão e futuras votações de próximas CPIs, para ser objetivo. Segundo ponto: também, por objetividade, é possível publicar, não os requerimentos, porque isso já está disposto no Regimento, mas a relação de todos os requerimentos pela ordem de entrada, com uma tabela ao lado informando se já foi rejeitado, se foi aprovado ou se foi retirado. E, com isso, na própria reunião, se for o entendimento de V.Exa. e do Relator, o Relator, dentro da proposta que foi apresentada, estabelece quais os requerimentos que ele entende serem prioritários para serem objetos de votação,



sem, com isso, trabalhar de forma restritiva na elaboração e publicação de uma pauta, isso para se evitar até essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Poderá ter uma discussão, mas, de qualquer maneira, facilita. E o terceiro ponto: se possível, como há requerimentos que tratam do mesmo tema, que esses requerimentos sejam votados em bloco. Mas, pelo fato de tratarem do mesmo tema, evitar que cada assunto seja votado individualmente, para que se evite eventual mandado de segurança — já é matéria do Supremo Tribunal Federal — das votações em bloco, em especial, em relação à convocação e na solicitação de documentos, para que a Comissão não venha a ser objeto de questionamentos. Então, acho que, com essas 3 questões, para facilitar a forma e, depois, o conteúdo, evidentemente, no mérito, se for o caso, voltamos a discutir com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como sempre, Deputado, muito construtivas e oportunas as observações de V.Exa. Então, acho que a sugestão do Deputado Gustavo Fruet vem exatamente ao encontro daquilo que já havíamos decidido na sessão anterior: ficar a Mesa à disposição de todos os Parlamentares e, em vez de dar uma cópia de todo e qualquer requerimento que entrar para todos os Deputados, mesmo os que não queiram — isso seria um trabalho desnecessário — publica-se então apenas a relação dos requerimentos para todos os Parlamentares ficarem de posse... O Marcos aqui já me apresenta, já está com a relação de todos os requerimentos e que será disponibilizada. Estão fazendo agora. Anteontem eram 93 requerimentos; hoje já são mais de 150. Então, vamos ultrapassar e daqui a pouco nós estaremos na casa do milhar. Tudo isso aqui é um trabalho, um esforço muito grande, mas acho que assim, Deputado, a sugestão pode facilitar para ambos os lados.

Quanto à questão de publicar a relação de todos os requerimentos, isso será feito, não há nenhuma dúvida. Quanto à votação em bloco, o que estou querendo fazer aqui é o que o Regimento permite. Por exemplo, os Requerimentos nºs 2, 3 e 4, todos, tratam da convocação do Delegado da Polícia Federal que fez o inquérito. Então, o requerimento permite que votemos esses itens conjuntamente porque se trata do mesmo assunto.



Agora, como são vários autores, o que eu quero sugerir à Mesa? Qualquer pessoa que venha aqui, em audiência, primeiro o Relator é quem vai fazer as perguntas. Depois, colocaríamos em ordem de inscrição, já consideraríamos inscritos os autores dos requerimentos. E os outros que não são autores se inscreveriam em seguida. Então, daríamos a palavra, em primeiro lugar, ao Relator e, em segundo lugar, aos Parlamentares que fizeram o requerimento, pela ordem de entrada desses requerimentos na Mesa. Em seguida, os outros Parlamentares fariam parte da inscrição normal, para poder inquirir a testemunha que viesse.

Estamos de acordo? *(Pausa.)*

Outra questão que quero abordar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, a mesa já decidiu que não haverá distinção entre titulares e suplentes. Todos terão o mesmo direito à palavra, discussão e tudo o mais. Vou passar a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Acho que boa parte do que eu ia dizer já foi dito pelo Deputado Gustavo Fruet e pelo Presidente. Mas quero propor aqui um encaminhamento. Que votássemos agora... Temos, na verdade, votando aqui, uma diligência, 9 convocações e 16 requerimentos de informações, alguns repetidos. Minha proposta é que votemos em bloco, salvo destaques. Então, se, eventualmente, tivermos algum destaque de retirada ou algum acréscimo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como votar em bloco, Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI- A gente aprova em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Todos os 53 requerimentos?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. Não pode.

O SR DEPUTADO EDURADO CUNHA - Sr. Presidente, eu me oponho a isso pelos motivos que o Deputado Gustavo Fruet relacionou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É questão já decidida no Supremo.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Porque eu estou preocupado. Se não pode, regimentalmente, tudo bem. Mas eu estou preocupado com que esta Comissão caminhe mais rapidamente. Nós não temos que ficar aqui discutindo regimento, mas efetivamente entrar no assunto, entrar no âmago da questão.

Eu gostaria que tivéssemos maior velocidade nessa votação. Se não pode ser assim, faremos, então, aqui, as 53 votações, ou por agrupamento. Acho fundamental caminharmos aqui na nossa votação, para que possamos iniciar os trabalhos, efetivamente, de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Esse é o nosso objetivo.

Com a palavra o último orador inscrito nessa rodada de liberalidade, Deputado Otávio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, serei absolutamente objetivo.

Pelo que pude apurar, o sistema que registra de maneira informatizada os requerimentos apresentados pelos Deputados funciona enquanto perdura a sessão da Casa. Sendo certo que ontem invadimos noite adentro até o final da sessão, os Deputados tinham a prerrogativa de dar entrada. Confesso que fiquei perplexo ao observar a lista da pauta e não encontrar uma série de requerimentos, alguns, inclusive, de minha autoria, como o de nº 112, por exemplo.

Sem querer ser redundante, a Deputada Solange foi absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quando a pauta foi organizada só havia 93 requerimentos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pois é. Eu quero chegar nisso. Então, tenho para mim que o adequado será sempre que, quando tivermos uma reunião, no dia seguinte se feche a checagem de quantos foram os requerimentos que deram entrada no dia anterior, para que possamos, quando da chegada, ter a relação meramente. Por uma razão muito simples: se temos 53, outros oitenta e poucos não constam, é certo — pode ser, eventualmente — que alguns desses sejam suficientemente importantes e densos que mereçam ter até uma precedência. Então, esse início, esse tranco de ajuste nosso é indispensável. Esse conhecimento que o Presidente tem que oferecer e dar aos Parlamentares sobre as matérias que foram apresentadas é indispensável nesse instante.



Queria apenas, sem ser redundante, contribuir com essa observação: sempre que chegarmos, esteja essa relação informada. Agora, a organização, V.Exa. tem toda prerrogativa de ajustar de maneira racional, inteligente e sábia, para que possamos dar velocidade ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós iremos, Deputado — obrigado pela informação e pela manifestação —, sistematicamente, aqui nesta Comissão, fazer publicar todos os requerimentos, dando a posição de cada um: o que foi votado, o que está em pauta, o que não está em pauta, para que os Parlamentares possam acompanhar exatamente como estão evoluindo os trabalhos. E, qualquer informação a mais que ele precisar, evidentemente, pode se dirigir à Mesa e, se quiser a cópia de um dos requerimentos ou de todos, basta solicitar.

Agora, eu gostaria de fazer uma proposta a V.Exas., para tomarmos uma decisão no início dos trabalhos que pretendemos implementar daqui em diante. O que decidirmos hoje vai ficar valendo até o final da Comissão.

Pelo nosso Regimento, esses requerimentos que estão em pauta não são passíveis de discussão, eles não podem ser discutidos. São requerimentos que podem ser apreciados, votados. E, pondo em votação, o Regimento estabelece o seguinte, no seu artigo 192: fala o autor do requerimento e fala o Relator. Falarão 4 Parlamentares: 2 contra, 2 a favor, por 5 minutos cada um. Então, fazendo uma matemática pequena, 20 minutos.

Bom, ainda no espírito de liberalidade, quero propor o seguinte. É claro que, no início dos trabalhos, a Comissão não entrou no ritmo ainda, a coisa demora um pouco. Mas, com o tempo, a maioria desses requerimentos, vamos votar por acordo, sem muita discussão, sem muitos problemas. Mas eu queria — para mostrar o espírito liberal desta Presidência e dar oportunidade a todos — propor o seguinte: falaria o autor do requerimento; falaria o Relator, e teriam o prazo de 5 minutos; os outros 2 que fossem falar, e que teriam direito a 5 minutos, eu proponho que falassem 4, para dar mais oportunidade. E, ao invés de falarem por 5 minutos, falariam por 3 minutos. Somando tudo, ficaríamos com 22 minutos com troca de 20 minutos.

Isso, apenas enquanto vai engrenar. Porque depois que a CPI engrenar e pegar ritmo, nós sabemos que esses requerimentos vão ser votados por acordo e de



uma maneira muito mais rápida. Se houver uma discordância entre os 24 que estão aqui, vamos aplicar o requerimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRE VARGAS - Para cada requerimento, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E quando tiver mais de um autor para cada requerimento, Sr. Presidente, como será a sua decisão? Falam todos os autores quando for um requerimento individual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. É o seguinte: 2 falarão a favor e 2 contra. Se tiverem 10 assinando o requerimento, os 10 entrarão num acordo para saber os 2 que vão falar.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não é assinando. São vários requerimentos diferentes, como temos na pauta, Presidente.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Proponha um acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, é o seguinte. Eu propus o acordo: votação do requerimento. O autor do requerimento — se tiver mais de um vão ter que escolher um — fala por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por que V. Exa. não estabelece por ordem de entrada, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Relator tem o direito de falar também os 5 minutos, e falará no final. Entre o autor e o Relator, nós iremos permitir que 4 Parlamentares falem: 2 a favor e 2 contra, pelo tempo, em vez de 5 minutos, de 3 minutos. Ou, então, se tiver uma discordância, fica o Regimento.

(Não Identificado) - Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quatro pessoas falarão, apenas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não Identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Para um esclarecimento, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu só me preocupo com o procedimento, Sr. Presidente.

(**Não Identificado**) - Pode ter acordo em relação a todo esse conjunto.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Um esclarecimento, Sr. Presidente. o senhor poderia me dizer onde está, no Regimento...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejo que a organização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Efraim Filho, desculpa aí. Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só uma sugestão, Sr. Presidente. Está muito bom, a medida que V.Exa. vem tomando, a forma, o procedimento que vem sendo adotado. Só me preocupa, por exemplo, aqui, só para ilustrar, nós temos aqui o relatório, o requerimento da convocação do Sr. Coronel-Aviador Rufino Antônio da Silva Ferreira. Tem requerimento do Deputado Marco Maia, do Deputado Vitor Penido, do Deputado Vic Pires Franco, do Deputado Vanderlei Macris, do Deputado José Carlos Araújo, entre outros. Então, como só vão falar 2 e existem Parlamentares da Oposição e da Situação, então seria de bom procedimento — e a sugestão que faço a V.Exa. — que seja obedecida a ordem dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Plenamente de acordo. Perfeito.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - ... para poder decidir aquele que fala. Claro que por acordo pode ser suprimida ou permutada essa ordem, mas que seja obedecida essa ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, queria dar uma sugestão. Questão de ordem e sugestão. Gostaria de sugerir aos colegas para que tenhamos um acordo. Se formos encaminhar de acordo com o Regimento, vamos ficar até o final desta Comissão, os 90 dias, discutindo votação de requerimento. Isso vai ser realmente ruim para a Comissão, vai tomar tempo dos Parlamentares. O que nós temos que fazer é receber as informações da Comissão e ter aqui as audiências públicas para os questionamentos dos Deputados.



Então, deixo a sugestão para os Parlamentares tanto da base do Governo e da Oposição, para que tenhamos aqui sensibilidade, a fim de diminuir o zelo de cumprimento do Regimento, que é necessário, mas, no caso de um acordo, devemos votar os requerimentos e encaminhar à Comissão, para que possamos, na próxima reunião, iniciar os trabalhos de audiências públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Feita essa primeira parte, nós vamos colocar em votação os requerimentos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Um esclarecimento, por favor.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, o Democratas apóia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nós vamos colocar em votação os requerimentos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Democratas apóia a proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires Franco, para um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, eu só queria saber onde está no requerimento que não há discussão. Nós queremos apenas saber onde é que está no Regimento que não há discussão. Nós aceitamos o acordo, mas precisamos saber onde está no Regimento que não há discussão dos requerimentos. E mais: há discussão, sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu queria colocar a posição do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Art. 117, § 1º.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu queria colocar a posição do PMDB.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Autor, Relator, 2 a favor, 2 contra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu queria colocar a posição do PMDB.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, apenas que V.Exa. se pronunciasse.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - O Líder fica com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Deputado Vic Pires Franco com a palavra, para concluir.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Só para concluir. Nós aceitamos o acordo, sem problema. No Regimento diz que o autor do requerimento, o Relator, 2 contra, 2 a favor e o Líder. Então, o senhor esqueceu de nominar aí o Líder. O Líder pode falar a qualquer momento, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro, evidente. O Líder pode pedir a palavra e falar.

(Não Identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra, questão de ordem, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Posição do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A posição do PMDB acerca dessa proposição de V.Exa. é que temos de fazer algum acordo de procedimento, mas não pode ser agora, com tempo restrito, com Ordem do Dia.

Sugiro que V.Exa. hoje cumpra o disposto no Regimento e que os inscritos dos 2 seja quem se inscreva primeiro. Quem se inscrever primeiro é que vai falar. É assim no plenário. Quem se inscrever; não tem a ordem de entrada do requerimento, mas da inscrição. E fazemos depois, posteriormente, um acordo, sem nenhum problema. Só não podemos fazer essa discussão e pedir a votação.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas Deputado Eduardo Cunha, eu estou me referindo aos autores, não à inscrição — aos autores.

O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ - O PDT acompanha a sugestão do Deputado Eduardo Cunha.

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, Arnaldo Jardim gostaria de falar.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - São vários autores. Vamos fazer um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos, então, adiantar os nossos trabalhos, porque já estamos aqui há mais de uma hora e ainda não tomamos nenhuma decisão. Temos matérias importantes para serem votadas. Temos que organizar as audiências e os nossos trabalhos para a próxima semana. Hoje, não há como deixarmos de tomar algumas decisões.

Eu vou usar o seguinte critério: o autor do requerimento não poderá ser impedido de falar. Então, o Deputado Efraim Filho levantou questão muito pertinente. Como estou querendo avançar nos trabalhos, e estou — porque o Regimento me permite — votando requerimentos cuja finalidade é a mesma, em conjunto, não seria justo que cerceássemos o autor de cada um desses requerimentos.

Então, quem quiser falar poderá fazê-lo. A Mesa apenas pede bom senso, compreensão, porque precisamos avançar nos trabalhos, para que alcancemos o fim para o qual fomos delegados.

Vou colocar em apreciação o Item nº 1 da pauta, que será retirado, porque perdeu o seu objeto. Era para ser votado ontem, para fazermos a visita.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Podemos aprovar uma visita ao CINDACTA I e marcar, posteriormente, uma data que seja consensual entre todos.

Em votação o Item nº 1 da pauta.

Requerimento nº 88/07, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que requer a realização de diligência no CINDACTA I, localizado em Brasília.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, o fato de hoje não ter sido possível a visita ao CINDACTA, por não termos apreciado ontem, não quer dizer que não possamos fazê-lo terça-feira pela manhã. Até porque fica difícil a oitiva de pessoas sem que tenhamos conhecimento do que representa o sistema.



Então, houve um atraso que não foi por culpa desta Comissão, ontem, em função da Ordem do Dia. Eu ponderaria a V.Exa. que não só pedisse aos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, peço a V.Exa. que suspenda a sua fala, porque houve um equívoco da Presidência.

Regimentalmente, sou obrigado a colocar em votação os requerimentos que estão sobre a mesa antes da votação da pauta. Inclusive, há um requerimento de autoria de V.Exa. que requer a inversão dos itens da pauta da reunião deliberativa ordinária do dia 10 de maio de 2007:

“Sr .Presidente, nos termos regimentais, requeiro a inversão dos Itens nº 37 a 53 da pauta da reunião deliberativa ordinária do dia 10 de maio, passando a ocupar a 12ª posição em diante”.

Foi aquilo de que falei aqui: os Requerimentos de nº 37 a 53 são todos de informações. E essas informações precisam chegar às nossas mãos o mais rapidamente possível, para que tenhamos subsídios para entender a problemática do assunto de que estamos tratando.

Então, vamos colocar em votação o requerimento de autoria do Deputado Eduardo Cunha.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, V.Exa. já fez a explanação. Única e exclusivamente, após a votação dos convocados que V.Exa. pretende trazer na próxima semana, que requeiramos os documentos; e que possam esses documentos estar à disposição da Comissão antes das oitavas.

Tenho receio de que a sessão acabe e não possamos votar a requisição de informações, já que a decisão de votar um a um está tomada. Efetivamente, é a decisão mais correta. Nosso receio é, com os 53 itens, não conseguimos chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Regimento permite que mais 2 Parlamentares encaminhem o requerimento.

Não havendo quem queira encaminhá-lo, passo a palavra ao Relator, se o desejar.



Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem, até para facilitar os trabalhos. Não há matéria de sigilo nesses requerimentos todos. Sugiro, como há requerimentos de todos os Deputados, que sejam votados em bloco. Acho que não haverá problemas jurídicos, até porque não há problema de sigilo e não foge à decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, o Deputado Macris está sugerindo que, no momento da inversão do Item 37 ao 53, seja votado em bloco, porque não há matéria constante de sigilo. Examinando, se houver a concordância unânime, como há autores que querem encaminhar, eu não me oporei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, da mesma forma...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos deixar para o momento oportuno. Vamos colocar em votação o requerimento de inclusão na pauta de votação, de autoria da Deputada Luciana Genro:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados, a inclusão na pauta de votação de hoje, dia 10 de maio de 2007, requerimento protocolado no dia 9 de maio do corrente ano.

O presente requerimento solicita cópias das escalas de serviços dos Centros Integrados de Controle de Tráfego Aéreo, bem como os autos de inquéritos policiais militares instaurados para apurar as circunstâncias de fato que desencadearam a paralisação dos serviços de controle do tráfego aéreo brasileiro em 30 de março de 2007.

Nesses termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 2007.



Deputada Luciana Genro, P-SOL, Rio Grande do Sul”.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, essa votação tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu sei.

Para encaminhamento do requerimento, concedo a palavra à Deputada Luciana Genro.

Fazendo um esclarecimento prévio, esse requerimento terá que ser votado nominalmente, e, para ser aprovado, terá que ter a maioria absoluta dos membros.

Com a palavra a Deputada Luciana Genro, para defender o seu requerimento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, quero agradecer aos colegas que assinaram o requerimento extrapauta o apoio, dizendo, rapidamente, que eu estou acatando, embora discorde, o caminho que foi escolhido pela maioria da CPI.

Por isso não estou insistindo neste momento no requerimento para ouvir a empresária Sílvia Pfeiffer, que julgaria importante ser ouvida antes de mais nada.

Como a maioria da CPI optou por esse caminho, estou então deixando esse requerimento de lado e buscando, com esse requerimento extrapauta, que nós possamos obter informações que considero essenciais para o deslinde da situação do controle aéreo no País.

Vejo que se nós nos detivermos por muito tempo apenas ao acidente da GOL, que inclusive já tem relatório da Polícia Federal, vamos perder um precioso e necessário tempo para compreender as razões que levaram à paralisação do tráfego aéreo no País no dia 30 de março.

Meu requerimento, portanto, pede as escalas dos controladores no período imediatamente anterior a essa paralisação — porque acredito que irão demonstrar a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos — e também os autos dos IPMs que estão sendo instaurados.

Conversei com o Brigadeiro Átila, que me relatou que cerca de 200 controladores estão sendo alvo dos inquéritos militares por causa do movimento do dia 30 de março.



Acho que é muito importante que esta CPI conheça esses inquéritos e saiba quem são os controladores que estão sendo alvo deles. Até porque nós daremos uma contribuição inestimável nesse processo de construção dos caminhos que levaram àquele movimento do dia 30 de março.

Então, é nesse sentido que apresento o requerimento, agradecendo a todos os que já o assinaram, propiciando que seja votado extrapauta.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho, que pediu para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Vou encaminhar favoravelmente o requerimento feito pela Deputada Luciana Genro, o qual é pertinente e vem ao encontro de tudo aquilo que se pretende investigar, bem como ao relatório traçado pelo Deputado Marco Maia.

É importante o esclarecimento das situações e dos fatos, porque existem falhas na prestação dos serviços. Isso já é público e notório. Então, cabe a nós, da Comissão, descobrir de quem é a culpa. Porque culpabilidade existe. Já que não foi caso fortuito nem de força maior, a culpa é de alguém: ou dos órgãos governamentais, ou das empresas de aviação prestadoras de serviço, ou dos pilotos dos Legacy.

Então, a Deputada Luciana Genro está absolutamente correta.

Acredito que é de bom tom o Plenário da Comissão tomar essa atitude.

Aproveito o tempo, meus caros Presidente e Relator, Deputado Marco Maia, para fazer uma sugestão.

Pelo que vimos aqui, todos os demais requerimentos presentes na pauta têm consenso. Até porque há duplicidade em praticamente todos os requerimentos por parte da Oposição e por parte do Governo.

Se a Comissão entender de bom tom, e o Plenário, dispensaremos os encaminhamentos e faremos votação em bloco, porque, em todos os requerimentos, seja do coronel aviador, seja do inquérito da Polícia Federal, há consenso.

Então, vamos dispensar os encaminhamentos e fazer a votação em bloco.



Como foi dito pelo Deputado Gustavo Fruet e outros, não há qualquer problema de sigilo que venha gerar nulidade insanável por parte do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ainda para discutir o requerimento, com a palavra o Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, o requerimento da Deputada é procedente, sem dúvida alguma. Mas, ao perceber essa lista de requerimentos aqui apresentada, surgiu-me uma questão que, creio, o Relator e V.Exa., enfim, esta Comissão ou quem de direito, poderá ordenar essas oitivas de modo que tenhamos um seqüenciamento construtivo para os objetivos desta CPI.

Vemos que do Requerimento nº 5 até o de número 11, depois, do número 47 ao 49, praticamente são a mesma coisa. Vejo que há um requerimento que convoca o Brigadeiro Jorge Kersul Filho, Chefe de investigação do CENIPA, e, ao mesmo tempo, convoca o Coronel Rufino. Ao convocar o Brigadeiro, ele já se fará acompanhar, provavelmente, do Coronel Rufino, que é quem está encarregado das investigações. Então, em vez de fazermos 2 oitivas, com tantas perguntas, poderíamos fazer as perguntas diretamente ao Brigadeiro, porque certamente o Coronel virá junto.

Interessa-nos, nesta CPI, muito mais um minuto antes de ter acontecido o acidente do que um minuto depois de acontecido. Porque um minuto depois de acontecido, tanto o CENIPA, quanto a Polícia Federal, com as suas responsabilizações, já avançou 7 meses. Interessa-nos ter essas informações apenas.

De modo que creio que possamos aprovar, sim, esses requerimentos em bloco. Mas que, com a aquiescência do Relator, fizéssemos um ordenamento para não termos sobreposição, trazermos uma pessoa que fala uma coisa e, depois, outra que fala o mesmo.

Vejo a convocação, por exemplo, do Wellington, depois, do Jorge Botelho — associação e sindicato. É tudo a mesma coisa. O que nos interessa mais neste momento? Ou então até trazer os 2 no mesmo momento, mas que não fizéssemos aqui 2, 3, 4, 5 oitivas para ouvir, absolutamente, a mesma coisa, uma vez que o tempo é breve e temos que dar esse resultado.



Sugiro que, após aprovado esse requerimento, façamos uma ordenação construtiva, de modo que haja crescimento. Por exemplo, há esse requerimento que vai ser votado de visitar o CINDACTA I. Há um outro interesse de visitar o CINDACTA II, que está no Rio Grande do Sul.

Então, se não é possível todos irem a todos, um grupo vai a um lugar e outro grupo vai a outro lugar, para que possamos ter visões diferenciadas e fazer um melhor juízo da questão.

O meu encaminhamento é favorável, mas que o próprio Relator com a Mesa, façamos um ordenamento mais objetivo para as oitivas, para não termos duplicação, repetição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O último a poder falar, o Sr. Relator, com a palavra, se assim o desejar.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu queria, na verdade, só contribuir com este debate.

Primeiro, concordo com o requerimento apresentado pela Deputada Luciana Genro, embora teremos tempo de discutir a matéria quando da votação do próprio requerimento, pois que estamos aqui, na verdade, tratando do pedido de sua inclusão na pauta. Quero concordar com a inclusão na pauta deste requerimento pela sua importância, pela sua relevância, porque ele vai nos ajudar inclusive a definir quais serão efetivamente os controladores de vôo que estavam trabalhando na oportunidade do acidente e que depois, no curso do processo da crise vivida pelo setor aéreo, também tiveram participação, importância no processo de construção que queremos produzir aqui em relação à crise como um todo.

Então, quero primeiro concordar com este requerimento de inclusão na pauta deste requerimento.

Segunda questão: acho que precisamos iniciar os trabalhos da CPI com as oitivas, com a posse dos documentos. Já temos algumas dificuldades que nos estão colocadas. A nossa pretensão é iniciar na próxima semana com a oitiva do Delegado Saião, que foi o responsável pelo inquérito que tratou sobre o tema do acidente da GOL.

Até mesmo para que possamos produzir bons questionamentos, avançar nos nossos questionamentos ao Delegado Saião, é preponderante que já aprovemos



aqui imediatamente a requisição do relatório produzido pelo próprio Delegado Saião, e que ele possa estar de pronto acessível a todos os Deputados para a sessão que iremos realizar de oitiva na próxima terça-feira. Então, acho que devemos ser aqui céleres na votação desses processos.

Terceira questão, Deputado Miguel Martini: estamos trabalhando com aquele roteiro que foi aqui amplamente discutido na sessão de terça-feira. É claro que ele não tinha ali uma orientação uniforme sobre quem deveria ser convocado primeiro ou depois, mas estamos procurando aqui, à medida que vamos colocando, junto com o Presidente, os requerimentos na pauta, seguir uma certa lógica. É claro que teremos que agrupar alguns depoentes nas oitivas que tenham certa proximidade. A idéia inclusive é que na próxima quinta-feira tenhamos a oitiva de dois depoentes. Primeiro, o Coronel Rufino, e segundo, o Coronel Jorge Kersul Filho, porque os 2 têm relações entre as análises que fazem a respeito do acidente da GOL. Então, queremos, efetivamente, manter uma ordem, ter uma seqüência, e gradativamente ir construindo o processo de investigação.

A quarta questão, Sras. e Srs. Deputados, se o Presidente me permite, que gostaria de colocar: teremos votações de requerimentos e de questões internas da CPI todas as semanas. Então, isso também vai permitir que tenhamos a liberdade de, se assim algum Deputado entender, se assim esta própria Comissão entender, se assim o Relator ou o Presidente entenderem, de colocar na pauta a discussão e votação de requerimentos de convocação de pessoas inclusive que surjam no decorrer das próprias investigações, que forem levantadas aqui inclusive pelos depoentes, nas perguntas que forem formuladas.

Então, acho que precisamos ter uma certa tranqüilidade com o processo de investigação, e iniciá-lo, porque ele vai dar condições para que possamos ter um aprofundamento maior e escutar outras pessoas que vão porventura surgir durante esse processo de investigação.

Eu queria fazer essa preliminar, Sr. Presidente, ocupando um pouco mais de tempo, porque sei que é natural que numa primeira reunião que discute os primeiros requerimentos, tenha esse ajuste de como será todo o processo. Quero tranqüilizar todos os Srs. e Sras. Parlamentares, este Relator está atento, está aberto, está concentrado para que possamos realizar uma boa investigação, e todos aqueles que



tenham alguma influência, ou que possam contribuir com o processo de investigação da crise do setor aéreo brasileiro, serão inquiridos por esta Comissão e por este Relator.

Peço a todos que tenham essa sensibilidade. Quer dizer, no processo, não tenho dúvida de que teremos muitos e muitos outros depoentes que irão contribuir com o processo de investigação.

Obrigado pela atenção. Seria esta a contribuição, votando, como eu disse anteriormente, pelo acatamento desta inclusão na pauta deste requerimento proposta pela Deputada Luciana Genro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação nominal do requerimento de autoria da Deputada Luciana Genro e outros.

Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC e PCdoB.

Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Beto Mansur.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - “Sim”, Sr. Presidente, e ao mesmo tempo peço ao PMDB para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Marcelo Castro.

(Pausa.)

Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Marcelo Castro, “sim”.



Deputado Marco Maia, “sim”.

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Paes Landim.

(Pausa.)

Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wladimir Costa.

(Pausa.)

Passemos ao Bloco/PSDB/DEM/PPS.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputada Solange Amaral.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei

Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires

Franco.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vitor Penido.

(Pausa.)

Passemos ao Bloco/PSB/PDT/PCdoB/PM/PMN/PAN.

Deputado Dr. Ubiali. Deputado Osmar Júnior.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wolney Queiroz.

O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Partido PV.

Deputado Fernando Gabeira. *(Pausa.)*



PSOL.

Deputada Luciana Genro. *(Pausa.)*

Obedecendo à ordem de chegada dos Suplentes, em primeiro lugar está o Deputado Carlos Willian, do Bloco/PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Completou o bloco. Vamos para o Bloco/PSDB/DEM/PPS. São três vagas.

Deputado Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)* “Sim”.

Deputado Léo Alcântara. *(Pausa.)*

Deputado Rocha Loures. *(Pausa.)*

Deputado Sabino Castelo Branco. *(Pausa.)*

Esgotou a lista de chamada.

Deputado Luiz Fernando Faria. *(Pausa.)*

Ficou faltando um.

O Bloco/PSDB/DEM/PPS tem duas vagas.

Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Bloco/PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN, tem uma vaga.

Deputado Miguel Martini. *(Pausa.)* “Sim”.

O PV tem uma vaga.

Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)*

Encerrada a votação, todos os Deputados que votaram, votaram “sim”.

Então, aprovado por unanimidade o requerimento da Deputada Luciana Genro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Autorizo a inclusão na pauta, na ordem, do requerimento de autoria da Deputada Luciana Genro.

Vamos partir agora para a votação.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

A propósito da aprovação deste requerimento extrapauta, eu queria fazer uma sugestão ao Presidente e ao Relator no seguinte teor: uma coisa são as convocações de pessoas, e outra são os requerimentos de informação. A convocação de pessoas vai obedecer uma ordem, e aí está de acordo com o cronograma estabelecido pelo Relator, já aprovado. Mas o requerimento de informações pode ser antecipado, Sr. Presidente. Os requerimentos de informações deveriam merecer tratamento diferenciado porque formam massa crítica. Então, que o Relator e o Presidente constituíssem um grupo de trabalho de questões afins e colocar em pauta requerimentos, de forma a adiantar o expediente das informações necessárias à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Finalmente, vamos começar a Ordem do Dia, a pauta que foi estabelecida previamente.

Em votação o Item nº 1, o Requerimento de nº 88/07, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que requer a realização de diligência no CINDACTA I, localizado em Brasília.

Para encaminhar o requerimento, com a palavra o autor do requerimento, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Vou ser breve, porque já estava no meio do encaminhamento.

Peço o apoio dos pares. Inclusive, se quiser aproveitar e estender a diligência, em vez de ser só no CINDACTA, deixar aprovado para qualquer CINDACTA, se houver a concordância, acho que pode até ser bom. Eu sugiro que a gente possa marcar essa visita terça de manhã, marcar a oitiva, enfim, para que possa, ou segunda, para que possa já efetivamente, antes do início de oitivas, quando vai vir um delegado falar sobre o problema de tráfego aéreo, as pessoas já saibam, e não são especialistas, já saibam daquilo que se trata. Mas peço o apoio e também aproveito para encaminhar pelo PMDB o voto "sim".

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento favoravelmente, o Deputado Carlos Willian.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, na Comissão que investigou o caos aéreo no final do ano passado, da qual tive o prazer de ser Relator, iniciamos o trabalho, primeiro, conhecendo o CINDACTA. Realmente é muito interessante porque é uma aula que vamos ter de como funciona o controle aéreo. Na verdade, esse requerimento o Deputado Eduardo Cunha o fez com muita competência e, ainda mais, sendo o primeiro requerimento. Eu até solicito que a gente antecipe o mais rápido possível essa visita, porque conhecendo o CINDACTA, o CINDACTA I, o mais importante do País, vamos conhecer quase 50% de como funciona o sistema aéreo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, o Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É muito rápido, é só para acrescentar o Deputado, ao requerimento. Ele já acolheu que se não pudermos todos, mas a própria FAB disponibiliza aeronave para isso. Já tem convite até nesse sentido. Que um grupo de Parlamentares da Comissão visitasse também o DACTA II, que é na Região Sul. Então, poderíamos aprovar o requerimento até por sugestão do Deputado Eduardo, que é o autor, para visitarmos os CINDACTAS. E aí a Comissão definiria se é o I, II, III ou IV.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento o Relator, o último que pode falar pelo Regimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, só uma sugestão. De forma muito rápida eu queria consultar, Sr. Relator, se chegou um convite do CINDACTA de Curitiba, o CINDACTA IV ou II, me parece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - CINDACTA II.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - ... para o dia 31, porque também já tem convites.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Relator.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se o Relator permitir, só para ampliar, fazer até um destaque. Que a gente inclua todos os CINDACTAS do País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já estão incluídos. Com o Relator.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu ia propor isso. Na verdade, nos interessa, do ponto de vista da análise inicial, o CINDACTA I e o CINDACTA IV, porque eles têm relação com o acidente, efetivamente. Então, os 2 são, digamos assim, os que temos um interesse imediato nessa fase das investigações. Mas acho que o requerimento pode ser ampliado para todos, desde que a gente leve em consideração essa reflexão de que os 2 CINDACTAS, I e IV, têm relação direta com o acidente da GOL, que é a primeira fase da nossa investigação. Nós poderemos depois, em grupos diferentes, conhecer inclusive os outros. O CINDACTA II, parece que é um dos mais modernos do País. Vários Deputados estão sendo convidados inclusive a conhecê-los. Mas esta CPI tem de fazer diligências, que têm o olhar também, e é o olhar desta CPI, da investigação que nós estamos patrocinando.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, só para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só um instante. Ao requerimento do Deputado Eduardo Cunha foram apresentadas algumas sugestões. Ao invés de ser a visita ao CINDACTA I, fosse visita aos CINDACTAs. Então, são 4 CINDACTAs que temos no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A começar pelo I.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Só uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Para o CINDACTA IV recebemos um convite agora, para dia 31, para que fôssemos visitá-lo. Então, gostaria de sugerir que já se colocasse, quem sabe, uma comissão de vários Deputados para ir até lá visitar o CINDACTA IV.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, se todos estiverem de acordo com essa mudança no requerimento para visitar os CINDACTAs, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A segunda sugestão do Deputado, autor do requerimento, Eduardo Cunha, é que marcássemos o mais rapidamente possível — o do Deputado Carlos Willian também é nesse sentido —. S.Exa. sugeriu segunda-feira, para que visitássemos o



CINDACTA I. Poderíamos colocar segunda-feira à tarde. Daria tempo de os Deputados pegarem seus vôos. Eu acho que realmente essa sugestão do Deputado Eduardo Cunha é muito pertinente. Seria bom que a gente tivesse, já que nós não entendemos disso, pelo menos a grande maioria não entende, tivéssemos essa visão inicial de como funciona. E aqueles que não pudessem ir na segunda-feira, a gente...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, só a título de sugestão. Como vamos aprovar um requerimento de convocação do delegado, gostaria de saber se há condição ou até tempo de chegar até lá, em um tempo legal, de ele ser intimado e estar presente terça-feira. Às vezes, ele pode não estar terça de manhã. Seria bom primeiro ter certeza que haverá um depoimento do delegado terça-feira de manhã. Em havendo, poderia ser segunda e em não havendo poderia ser terça pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Mas isso nós temos que decidir agora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas essa é uma decisão administrativa que V.Exa. pode tomar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A sugestão é para segunda-feira, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

Olha lá, no CINDACTA, não é só conhecer. Tem um auditório, e eles dão uma aula de como funciona todo o sistema. Nós precisaríamos de 3 horas. Então, o ideal seria que fosse na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem. Na terça-feira não pode, porque nós já temos requerimento pedindo audiência para terça-feira. Ou nós fazemos na segunda-feira, à tarde, ou segunda-feira pela manhã, ou então fica o requerimento como está, sem marcar nenhum dia.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sr. Presidente, só a título de colaboração. Acho que é importante que a Comissão conheça sobre espaço aéreo brasileiro. Eu acho muito importante que a gente possa ir na segunda-feira ao CINDACTA I, que é o primeiro CINDACTA brasileiro, e tenhamos uma aula no CINDACTA de como é que funciona o sistema aéreo brasileiro. No auditório essas 3



horas vamos ganhar e não perder, porque aqui a gente vai ter uma discussão técnica profunda. E nós temos de ter um mínimo de conhecimento sobre espaço aéreo e sobre o que nós vamos falar. Então, eu acho pertinente que a gente vá na segunda-feira e não na terça, para que a gente possa ter uma aula sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, vamos colocar em votação o seguinte requerimento do Deputado Eduardo Cunha, que requer a realização de diligência nos CINDACTAs, e posteriormente serão marcadas as datas, sendo que para o CINDACTA I já fica marcada a data de segunda-feira, agora, às 14 horas. A Presidência, se o requerimento for aprovado, vai providenciar os meios para que seja efetivado.

Em votação o requerimento do Deputado Eduardo Cunha.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão.
(*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sr. Presidente, se confirmada a data, por favor, nos avise logo, porque tem o problema de deslocamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A data está marcada. Segunda-feira...Isso já foi aprovado. Isso é matéria vencida.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Foi aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Foi aprovada.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - A data?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A data. Segunda-feira. Segunda-feira, às 14 horas, todos os Parlamentares da Comissão — isso é irreversível, porque já foi aprovado — iremos ao CINDACTA I ter uma aula de como funciona o tráfego aéreo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Terça-feira.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos colocar em votação os requerimentos seguintes. O Item 2 da pauta, o Item 3 da pauta e o Item 4 da pauta tratam do mesmo assunto. Como o Regimento me faculta, vou então colocar em votação os 3 requerimentos conjuntamente, ressalvando que cada um dos autores do requerimento terão o direito, não serão obrigados, mas terão a faculdade



de falar por até 5 minutos. É o Requerimento nº 70/07, o Requerimento nº 36/07 e o Requerimento nº 24/07.

O Requerimento nº 70/07, de autoria do Deputado Marco Maia, solicita seja convocado para prestar esclarecimentos em audiência nesta CPI o Sr. Renato Sayão Dias, Delegado da Polícia Federal.

O item 3 é o Requerimento nº 36/07, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cunha, solicita a convocação do Sr. Renato Sayão Dias, Delegado da Polícia Federal.

O tem 4, Requerimento nº 24/07, de autoria da Deputada Solange Amaral e do Deputado Vic Pires, solicita a convocação do Sr. Renato Sayão Dias, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimentos nesta CPI.

A pauta foi organizada dessa maneira, mas já autorizei o Marcos que a próxima se organize de acordo com a entrada do requerimento. Quando nós formos votar conjuntamente será, então, de acordo com a entrada do requerimento.

Então, tem a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Solange Amaral ou o Deputado Vic Pires, um dos dois, porque cada um vai poder falar pelo requerimento que apresentou, ou um dos dois falará como autor do requerimento. Mas estamos pondo em votação os 3 requerimentos. Embora cada um fale sobre o seu, vamos votar os três conjuntamente. Com a palavra a Deputada Solange Amaral.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, em primeiro lugar, aplaudir V.Exa. pela iniciativa de pôr ordem nos trabalhos. O Deputado que conseguiu encaminhar o seu requerimento em primeiro lugar, temos de respeitar essa ordem. Então, aplaudir V.Exa. por essa iniciativa e por essa outra iniciativa também de colocar para votar em bloco, porque acelera os nossos trabalhos. E apenas só mais uma solicitação, um pedido, que a seguir, não precisa necessariamente ser hoje, talvez na nossa reunião de terça-feira, possamos discutir uma forma de buscar incluir alguns dos requerimentos que não estão incluídos na pauta, que já foram apresentamos. Mas discutirmos por consenso alguns requerimentos que possam ser incluídos, até porque, se V.Exa. permite, embora tenhamos 53 numerados, em termos de conteúdo são apenas vinte e um. Então, acho que a Comissão pode, de maneira consensual, como foi feito com o



requerimento da Deputada Luciana Genro, examinar a possibilidade de entrada de novos requerimentos.

Portanto, queria pedir o apoio. E, em princípio, a gente quer acelerar e garantir a celeridade dos trabalhos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha, como autor do requerimento, se assim o desejar, para fazer a defesa do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, Sr. Presidente, vou pedir para não falar neste momento. Estou fazendo um apelo a todos os autores para que a gente possa votar. Que efetivamente todos renunciássemos e apenas colocássemos em votação, para ganhar tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Passo a palavra ao Relator Marco Maia, se desejar, para fazer a defesa do seu requerimento, encaminhá-lo. Se julgar desnecessário, não precisa...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - V.Exas. sabem que a minha vontade é de falar 5 minutos em cada requerimento. Mas vou abrir mão, em nome da agilidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, esgotado o encaminhamento de requerimentos, vamos pôr em votação, em conjunto, os itens 2, 3 e 4 da pauta.

Em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estejam de acordo com os requerimentos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos, então, aos itens seguintes. O item 5, o item 6, o item 7 e o item 8, que trazem os Requerimentos nºs 79, 27, 45 e 54 tratam do mesmo assunto. A Presidência então resolveu votar conjuntamente. Os requerimentos são de autoria do Sr. Relator Marco Maia, que solicita seja convocado para prestar esclarecimento em audiência nesta CPI o Sr. Coronel-Aviador Rufino Antonio da Silva Ferreira, Presidente da Comissão de Investigação do acidente ocorrido em 29 de setembro



de 2006, envolvendo o *Boeing 737-800*, da Gol, voo 1907 e o jato Legacy da empresa *America ExcelAire*.

O Requerimento nº 27, de autoria dos Srs. Vitor Penido e Vic Pires Franco, solicita a convocação do Coronel Rufino Antonio da Silva Ferreira, Presidente da Comissão de Investigação da Aeronáutica do acidente ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo o *Boeing 737-800* da Gol, voo 1907, e o jato *Legacy* da empresa *America ExcelAire*, prestar depoimento nesta CPI.

Item 7 - Requerimento nº 45/07, do Sr. Vanderlei Macris, requer a convocação do Coronel-Aviador Rufino Antonio da Silva Ferreira, da Divisão de Investigação e Pesquisa de Acidentes Aeronáuticos, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as investigações das circunstâncias que envolveram o acidente da Gol com o jato Legacy da America ExcelAire, ocorrido em 29 de setembro de 2006.

Item 8 - Requerimento nº 54/07, de autoria do Deputado José Carlos Araújo, que requer seja convidado, por intermédio do Comandante da Aeronáutica, o Coronel Rufino Antonio da Silva Ferreira, Presidente da Comissão de Investigação da Aeronáutica do acidente, envolvendo as aeronaves da Gol e Legacy, em 29 de setembro de 2006, para prestar esclarecimento sobre o andamento das investigações e resultados eventualmente já disponíveis, no contexto do objeto das investigações desta CPI.

Quero observar que, como se trata de militares, e nós temos que seguir aqui, subsidiariamente, o Código de Processo Penal, esses requerimentos, embora não estejam dirigindo-se ao Comandante da Aeronáutica, a Mesa, após aprovados esses requerimentos, terá a obrigação de mandar os ofícios ao Comandante da Aeronáutica. Art. 221, Código do Processo Penal.

E, para encaminhar os requerimentos, aqueles que julgarem necessário, vou passar a palavra aos autores.

Em primeiro, lugar....

O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ - Sr. Presidente, há um acordo para não haver encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Requerimento nº 27/07, autores Deputados Vitor Penido e Vic Pires Franco. Com a palavra, um dos dois autores, se assim o desejar.



O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Presidente, se todos pedirem eu não falo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Vic Pires não vai encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Como todos pediram eu vou abrir mão.

Depois de tanto apelo, eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo, Requerimento número... Não.

Deputado Vanderlei Macris, Requerimento nº 45.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Abro mão para que possamos votar com mais celeridade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado.

Deputado José Carlos Araújo, Requerimento nº 54.

Deputado Relator, Marco Maia, Requerimento nº 79.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Abro mão, também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como todos abriram mão de encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, quero encaminhar por um minuto, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Miguel Martini, que pede a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, então, não existe acordo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Existe acordo sim. É que estamos querendo dar mais celeridade a essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O acordo é para as pessoas não pedirem a palavra.

Se me pedem a palavra para encaminhar, eu sou obrigado a dar.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, pedi uma questão de ordem.



Podemos dar celeridade, ao aprovar esses, incluir outros requerimentos que seriam por nós aprovados em conjunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Questão de ordem embasada em qual artigo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já estamos votando em bloco, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois é. Mas esse requerimento.

Primeiro, queria pedir ao Deputado Carlos Willian que me respeitasse. Quando eu estiver com a palavra que ele não me interrompa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor não estava com a palavra; o senhor que desrespeitou o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não vamos debater.

Restituo a palavra ao Deputado Miguel Martini, a quem peço conclua a sua fala.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Digo, então, ao Deputado Carlos Willian que eu quero respeitá-lo da mesma forma que eu exijo que ele me respeite; quando eu estiver com a palavra, que ele não me interrompa.

Minha sugestão é que outros requerimentos sejam também agrupados a esse, porque trata-se do mesmo assunto.

Então, nós ganharíamos mais tempo ainda.

Por exemplo, do número 5 ao número 11, eu incluiria até mesmo o de número 49 que trata da mesma coisa. Inclusive V.Exa. ficou de incluir o Comandante da Aeronáutica. Ao convocar o brigadeiro, responsável pelo CENIPA, todas as outras informações virão juntas, o próprio Coronel Rufino virá junto.

Então, proponho que faça essa votação em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, o que V.Exa está propondo, *data venia*, não é pertinente. Porque o item 45, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, pede informações, e não se trata de convocação de personalidades para depor aqui na CPI.

Então, superada essa fase, vou pôr em votação os requerimentos.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, já que não houve manifestação alguma.



Passamos para os itens subseqüentes: item 9, Requerimento nº 74; item 10, Requerimento nº 43; e item 11, Requerimento nº 45.

O Requerimento nº 74, de autoria do Deputado Marco Maia, solicita seja convocado para prestar esclarecimentos, em audiência, desta CPI, o Sr. Brigadeiro-do-Ar Jorge Kersul Filho, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, CENIPA.

Item 10. Requerimento nº 43/07, do Sr. Deputado Vanderlei Macris, requer a convocação do Brigadeiro-do-Ar Jorge Kersul Filho, Chefe do CENIPA — Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as investigações das circunstâncias que envolveram o acidente do *Boeing* da Gol com o jato Legacy da *America ExcelAire*, ocorrido em 29 de setembro de 2006.

E o item 11. Requerimento nº 55/07, de autoria do Deputado José Carlos Araújo, requer seja convidado, por intermédio do Comando da Aeronáutica, o Brigadeiro-do-Ar Jorge Kersul Filho, Chefe do CENIPA — Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, para prestar esclarecimentos sobre os assuntos pertinentes ao exercício de suas funções relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

Com a palavra, para discutir o requerimento, se assim o desejar, o Deputado Vanderlei Macris. Para discutir, não, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, abro mão da minha palavra para votarmos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Obrigado, nobre Deputado.

Para encaminhar, em segundo lugar, o Deputado José Carlos Araújo, se o achar conveniente. *(Pausa.) Ausente.*

Não estando presente, passo a palavra ao Relator, Deputado Marco Maia para encaminhar o requerimento de sua autoria, se achar conveniente.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo mais quem queira encaminhar os requerimentos, coloco em votação os 3 requerimentos em conjunto.

Em votação.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vamos partir para a inversão de hoje da pauta. Pedido de preferência do Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, tendo em vista a consideração e o debate havido por quem levantou a questão de ordem, uma vez que não há problema de sigilo nesses requerimentos, sugiro que possa ser votado em bloco, do item 37 ao 53, sem encaminhamento, para que a gente possa ser célere, se houver concordância unânime, já que são requisições de documentos. Não vejo também problema essa votação ser em bloco.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Como sugestão também, Presidente, já que todos temos a pauta nas mãos, que V.Exa. apenas fale o número do requerimento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Dispense a leitura, porque para V.Exa. é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, é o seguinte:

A proposta do Eduardo Cunha é que nós votemos em conjunto e que, neste caso, e somente neste caso, requerimentos que tenham finalidades diferentes, possam ser votados conjuntamente, porque é só um pedido de informações.

Se todos os Parlamentares estiverem de acordo, e nenhum discordar, nenhum, nós, então, iremos pôr em votação do item 37 ao item 53 da pauta.

Todos são requerimentos com pedidos de informações aos mais diversos órgãos da Administração Pública, que têm relação com a questão do objeto da nossa CPI, que é o tráfego aéreo brasileiro.

Já que todos concordaram em votar, conjuntamente, pergunto se alguém quer encaminhar os requerimentos. Como ficou patente que ninguém vai se manifestar para encaminhar os requerimentos, vamos colocá-los conjuntamente em votação.

Os Srs. Deputados que estejam de acordo com a aprovação dos requerimentos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do item 37 ao item 53.

Peço a atenção de V.Exas.



O requerimento de autoria da Deputada Luciana Genro, e outros, que foram aprovados há pouco, para inclusão extrapauta, também trata do pedido de informação.

Então, quero também submeter esse requerimento a votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, não me oponho ao requerimento, me oponho apenas à forma.

Teremos primeiro que votar o requerimento específico de inversão de pauta desse item para, aí sim, votar. Então, como está indo rápido...

A inversão de pauta que eu pedi foi do item 37 ao item 53.

Não, nós votamos a inclusão extrapauta. Ele vai na ordem de matérias para que a gente siga o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Deputado Eduardo Cunha tem razão. No final, nós colocaremos em votação.

Obrigado, Deputado, por me socorrer regimentalmente.

Vamos, agora, ao item nº 12 da pauta. Os itens nºs 12, 13 e 14 tratam do mesmo assunto. São pedidos de audiência aos pilotos do Legacy.

O de nº 71/07 pede a convocação para prestar esclarecimentos, em audiência, nesta CPI.

Esses requerimentos não podem ser votados conjuntamente, porque são separados.

Então, vamos colocar em votação o item 12.

Item 12. Requerimento nº 71/07, de autoria do Deputado Marco Maia, que solicita seja convocado para prestar esclarecimentos, em audiência nesta CPI, o Sr. Jan Paul Paladino, piloto da *America ExcelAire*, envolvido diretamente no acidente.

Vamos pôr em votação o requerimento.

Para encaminhar, com a palavra o autor do requerimento, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Vou falar de uma vez, porque os 2 requerimentos do Deputado Eduardo Cunha tratam da requisição dos pilotos. Na verdade, essa convocação se reveste de importância ímpar, porque, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputamos, tivemos notícia, pela imprensa, de que o relatório do



Delegado Sayão, da Polícia Federal, que foi entregue ao Ministério Público esta semana, dá conta de que a maior responsabilidade pelo acidente foi dos pilotos.

Embora não tenhamos ainda o relatório, o estamos pedindo, oficialmente. Neste momento em que for aprovado por esta Comissão, sem dúvida alguma, ouvir os pilotos, é uma prerrogativa desta CPI que nos trará informações que poderão contribuir efetivamente para o aprofundamento do processo investigatório.

É claro que esses dois requerimentos terão que ser encaminhados ao Poder Judiciário e também ao Ministério da Justiça para que possam ser feitos os trâmites legais dessa convocação e, ao mesmo tempo, fazer com que haja uma celeridade no processo de depoimento desses 2 pilotos. Eles são requerimentos, na minha avaliação, importantíssimos.

Portanto, precisamos aprová-los com a rapidez que estamos aprovando hoje para que, efetivamente, possamos programar a forma e o conteúdo, ou seja, como iremos fazer a tomada do depoimento dos 2 pilotos, que são apontados pelo relatório do Delegado Sayão como talvez os principais responsáveis pelo acidente da Gol.

Precisamos, efetivamente, nos trabalhos da CPI, ouvir esses 2 pilotos.

Quero defender a aprovação desse requerimento, que pede a presença desses 2 pilotos na CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Continua aberta a palavra para quem queira encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, rapidamente, sem descumprir o acordo que a gente fez, porque pretendo que a gente mantenha o acordo.

Eu só me preocupei com uma situação. Eu sou autor do requerimento que vai se tornar prejudicado. Na aprovação dos itens 12, 13 e 14, será prejudicado, por não poder ser votado em conjunto.

Eu queria sugerir o seguinte:

Na medida em que houve essa notícia, de que o Relator falou, acerca do indiciamento que será confirmado na terça-feira, acho que o procedimento de ouvir os pilotos não pode ser simplesmente a carta rogatória que, normalmente, nós



faríamos. Eu, pelo menos, tenho que sugerir um acompanhamento. Porque a coisa ficou um pouquinho mais séria do que ela já estava antes.

Acho que deixar o depoimento desses pilotos única e exclusivamente ser feito por carta rogatória para aguardarmos uma resposta, se houver, ela poderá, praticamente, atrapalhar muito o convencimento do Relator e desta Comissão acerca do tema.

Então, deixo uma questão:

Que V.Exa. examine depois, administrativamente, como poderemos acompanhar esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado, nós vamos aprovar o requerimento e depois vou discutir com a assessoria como é que seria o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Problema de data, na mesma linha do Deputado Eduardo Cunha. A preocupação para definir só, processualmente, qual será a alternativa para que não tenhamos o prejuízo de não realizarmos os depoimentos até o final da semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Vaccarezza, para encaminhar o Requerimento nº 71.

O SR. DEPUTADO VACCAREZZA - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e o Relator, assim como o Deputado Eduardo Cunha, por esse requerimento. Mas acho que, mesmo tendo um acordo nosso para que esse trabalho seja discutido com rapidez, a questão dos pilotos é muito importante.

Primeiro, já há a notícia de que o *transponder* estava desligado.

Se fossem 2 pilotos brasileiros eles estariam presos nos Estados Unidos até hoje. Infelizmente, nós não tivemos uma conduta adequada até aqui.

Acho que V.Exa., como Presidente da CPI, como sugeriu o Deputado Eduardo Cunha, deve tomar medidas administrativas, que estejam em poder da CPI, para o tratamento dessa questão em relação aos 2 pilotos dos Estados Unidos. Esse é um tema muito importante que nós temos que discutir com mais rigor.



Portanto, acho que a aprovação do requerimento não deve encerrar a discussão do tratamento em relação aos 2 pilotos.

E aí cabe à Presidência da CPI e ao Relator ver medidas adicionais a serem tomadas mesmo que *ad referendum* da discussão da CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem. Ainda há espaço para uma pessoa encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, existe um relatório internacional que coloca no Legacy, que é de fabricação da EMBRAER, todos os defeitos. Inclusive ele deveria ser até proibido de voar tamanho é o relatório que mostra os defeitos do Legacy.

Portanto, já está protocolada solicitação minha, convocando a EMBRAER para vir aqui falar sobre o Legacy.

Conseqüentemente, para nós confrontarmos isso, teríamos que ouvir esses pilotos americanos, referente inclusive ao defeito que existe no *transponder*, e outros defeitos que eles colocaram.

A importância de ouvir os pilotos, Sr. Presidente, é tão grande que na Polícia Federal todas as declarações deles foram contraditórias ao que tem na caixa preta do avião. Tudo que eles alegaram na Polícia Federal não é exatamente o que está na caixa preta. Segundo, Sr. Presidente, eles assinaram um termo na Polícia Federal de que iriam viajar para os Estados Unidos, pediram para viajar, mas se comprometendo a voltar ao Brasil toda vez que a Justiça solicitar. Como a CPI tem o direito de justiça, tem os poderes de justiça, nós podemos requerer a vinda deles aqui no Brasil.

Ocorre, Sr. Presidente, que acho difícil eles virem. Vou sugerir a V.Exa. e a este Plenário, que se por um acaso não conseguirmos isso, que essa CPI vá aos Estados Unidos ouvi-los. Da mesma forma que na CPI dos Correios, da qual fui membro, foi um grupo nos Estados Unidos ouvir representantes estrangeiros.

Então, acho de suma importância, se eles não vierem, que vá um grupo desta CPI ouvi-los nos Estados Unidos. Mas a convocação da EMBRAER, que já está feita



por mim através de um requerimento, e ouvir esses pilotos é de extrema importância e fundamental para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bom, terminados os encaminhamentos, quero fazer as seguintes observações. É um tema complexo, que depende de legislação internacional. Então, a minha sugestão é que aproveamos aqui o requerimento como está. E depois a Presidência da Comissão, com a Presidência da Câmara, com toda a Assessoria da Câmara, vamos então tomar as medidas mais adequadas para o caso dos pilotos do Legacy, que é a audiência deles nesta CPI. Então, vamos aprovar o requerimento com essas observações que estamos fazendo.

Em votação o item 12 da pauta, Requerimento nº 71, de autoria do Deputado Marco Maia, convocando o piloto Jan Paul Paladino.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos ao item 13 da pauta, Requerimento nº 72, de autoria do Deputado Marco Maia, que solicita seja convocado para prestar esclarecimentos, em audiência nesta CPI, o Sr. Joseph Lepore, piloto da America ExcelAire, envolvido diretamente no acidente. É o outro piloto.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Já havia feito as considerações anteriores, Sr. Presidente. Abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Se alguém mais quiser encaminhar...

Deputado Pepe Vargas, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Rapidamente, Sr. Presidente. Creio que quando o Deputado Carlos Willian coloca a importância de tentar trazer os dois pilotos para deporem no Brasil, é tudo que desejamos.

Agora, se isso eventualmente ficar impossibilitado, acho que todos nós concordamos com a idéia de que, se for o caso, haja um deslocamento para a ouvida deles, e não só através de carta rogatória, como foi colocado aqui. Tenho



certeza de que quando o Deputado Carlos Willian fala da CPI ir até lá, acho que não está propondo que vá toda a CPI, é evidente. Que vá o Relator e o Presidente. É importante deixar isso claro aqui. E tenho certeza de que é isso que o Deputado Carlos Willian coloca. Senão daqui a pouco a gente está passando a idéia que vão vinte e poucos Deputados aos Estados Unidos para tomar o depoimento de duas pessoas.

Acho que não se trata disso, mas para deixar claro e para que não fique nenhum mal-entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Miguel Martini, para encaminhar o Requerimento, nº 72.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Como fazem parte dessa questão envolvendo o Legacy os 2 pilotos, fiquei extremamente preocupado com a declaração do Deputado Carlos Willian, quando S.Exa. diz que o Legacy não deveria nem voar.

Portanto, é preciso que nós tenhamos aqui algumas informações. Uma aeronave fabricada pela EMBRAER, uma das melhores empresas nacionais, e existe concorrência com outras empresas internacionais, que isso esteja verdadeiramente fundamentado. Uma aeronave, antes de começar a voar, antes de começar a ser comercializada, passa por um processo rigorosíssimo até que ela esteja em condições de voar. Então, se um ou outro mínimo defeito existir, que acho pouco provável, ainda assim é um outro pequeno. Agora, uma afirmação de que uma aeronave fabricada no Brasil, o Legacy, não deveria estar voando, deveria trazer então para esta Comissão esses documentos, porque não creio que eles existam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O último Parlamentar para encaminhar é o Deputado Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, de acordo com o Regimento, fui citado nominalmente, fui mal interpretado, e tenho o direito de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, se voltarmos a fita, todos os Deputados aqui concordam que eu disse, e vou repetir o que eu disse. Eu



não sei por que o Deputado que me antecedeu insiste em citar meu nome. Ele poderia, talvez, de uma outra forma se dirigir a mim, ou, pelo menos, quando não for coisa para engrandecer o trabalho, até deixar de me citar. É um favor que peço. Assim como ele pediu respeito, e o respeito, pois é um grande Parlamentar que veio de Minas Gerais, com uma larga experiência na Assembléia Legislativa; também fui Vereador, sou Deputado pelo segundo mandato, já participei de duas CPIs nesta Casa, e nunca iria dizer que uma aeronave nacional, fabricada no Brasil, não tem condições de voar, mesmo porque sou aeronauta. Sou aeronauta. Nunca iria dizer isso, eu conheço os termos técnicos.

Portanto, Sr. Presidente, para que não haja mal-entendido — eu até aproveito e agradeço o Deputado por ele ter me alertado e vou responder —, eu disse que existe um relatório de uma empresa norte-americana que condena o Legacy, que se nós fossemos analisar esse relatório, o Legacy não teria nem condições de voar. Agora isso é a indústria aeronáutica americana querendo responsabilizar o Legacy, que fez esse relatório do Legacy e não fez esse relatório do *boeing*, portanto, a importância.

Agora solicito ao Sr. Presidente, e vou pedir ao meu gabinete que traga aqui esse relatório. Dentro de 10 minutos esse relatório estará aqui, e vou entregar a cada um dos membros desta CPI, para que junto comigo entrem nessa batalha de defendermos o que é nosso, defendermos o produto brasileiro, defendermos a EMBRAER.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para concluir o encaminhamento, passo a palavra ao Deputado Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO VACCAREZZA - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Willian disse uma parte do que eu iria falar. Inclusive me inscrevi para defender o requerimento, e defender a idéia do Deputado Carlos Willian, de a Mesa Diretora da CPI tomar todas as medidas para trazermos os 2 pilotos americanos para o Brasil. Acho inclusive que eles não deveriam ter tido permissão para sair, mesmo porque está comprovado que a culpa principal foi deles, porque desligaram o *transponder*. E o Deputado Carlos Willian deixou claro que existe um movimento de tentar mostrar que o Legacy teve falha. A falha não foi do Legacy, mesmo porque, mesmo avariado, eles conseguiram pousar. Se a aeronave não tivesse condições, mesmo



que fossem bons pilotos não conseguiriam pousar. Então, me somo à defesa feita pelo Deputado Carlos Willian, e o mal-entendido não vai atrapalhar o funcionamento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Encerrado o encaminhamento do requerimento, submeto-o à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 14, Requerimento 37/07, do Deputado Eduardo Cunha, requer a convocação, para prestar depoimento, dos pilotos do jato Legacy.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, desisto do requerimento, porque ele está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Exatamente. Estando prejudicado o item 14 da pauta, uma vez que já foram aprovados os 2 anteriores, que atendem plenamente o item 14, vamos passar para o item 15 da pauta.

Requerimento de nº 69, de autoria do nobre Deputado Marco Maia, que solicita seja convocado para prestar esclarecimento em audiência nesta CPI o Sr. Jorge Botelho, do Sindicato dos Controladores de Vôo.

Com a palavra, para encaminhar o requerimento, o autor, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Esse requerimento também coaduna com o roteiro que nós propomos, que é o de começar a ouvir as lideranças nacionais dos controladores para, na seqüência, podermos ter uma idéia melhor de quais os controladores de vôo, com as informações que já foram requisitadas, poderão ser também ouvidos por esta CPI.

Então, a nossa intenção é essa. É óbvio que talvez existam outras entidades de controladores, de operadores do sistema de tráfego aéreo brasileiro, mas nós entendemos que a convocação do Sr. Jorge Botelho é uma das convocações que podem estar ajudando e contribuindo, como, logo adiante, a convocação do Sr. Wellington Rodrigues, que é da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo. Está coadunando com aquela proposta que temos de primeiro ouvir as



lideranças nacionais para que, posteriormente, possamos ter uma clareza melhor de quais os controladores de vôo poderemos estar ouvindo aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A palavra continua aberta para quem quiser encaminhar.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Miguel Martini, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - O encaminhamento é no sentido de que se nós olharmos o requerimento de nº 20, também convoca o Sr. Jorge Botelho e o Wellington. Creio que os requerimentos de nº 15 até o nº 20 poderiam perfeitamente ser votados em conjunto, porque convocam os 2 controladores de vôo, um civil e um militar, para prestarem as mesmas informações. Então, poderiam vir eventualmente os 2 juntos, e os requerimentos poderiam ser votados em conjunto. Ganharíamos tempo com isso. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento nº 69, tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, são os requerimentos 78 e 44, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, é o item 15 da pauta, o requerimento nº 69, de autoria do Sr. Deputado Marco Maia, que solicita convocação, para esclarecimento, do Sr. Jorge Botelho, do Sindicato dos Controladores de Vôo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Parabenizo o Relator, Deputado Marco Maia, por esse requerimento, pois temos que tomar conhecimento de todos os segmentos que envolvem os controladores. Desde o sindicato, da associação, como temos aqui, em seguida, e como disse o Relator, Deputado Marco Maia, o Sr. Wellington, da Associação Brasileira, porque realmente tivemos, a partir da questão do acidente do Legacy com o avião da Gol, aquele acidente fatídico, tivemos todo o descontrole do sistema aéreo brasileiro, em que um dos alvos principais foram os controladores de vôo. Então, a associação, o sindicato, aqueles controladores que participaram daquela questão toda, acho que devem ser convocados.

Sou a favor do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra a Deputada Solange Amaral, para encaminhar o requerimento. É a última oradora que pode falar para encaminhar o requerimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, para encaminhar favorável e propor o que foi proposto aqui de votação em bloco. Acho que é importante que ampliemos isso.

Mas gostaria de fazer um registro. Existem, por exemplo, alguns outros requerimentos que tratam do assunto controlador. Queria pedir a V.Exa. e ao Relator... Por exemplo, o requerimento nº 30, do Deputado Vic Pires Franco, não está aí, mas trata da listagem dos controladores que estavam de plantão no dia do ocorrido; a listagem, para que a gente possa conhecer e examinar.

Então, queria deixar uma sugestão, pode ser a última vez que estou falando nesta sessão hoje, que a Comissão, a equipe administrativa de apoio, desenvolva uma forma de contemplar novos requerimentos que já foram apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com certeza. Sem nenhuma dúvida, Deputada.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Então, pedir uma atenção especial ao requerimento 30, que pede a listagem dos controladores de plantão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, apenas se coadunando com a sugestão da Deputada Solange, que pudesse ser adotado o mesmo procedimento que foi adotado para os requerimentos de informação. Como todos temos a pauta na mão, naqueles requerimentos que forem similares, que V.Exa. apenas citasse o número da pauta, para se evitar ler extensivamente todo o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro. Estamos seguindo essa metodologia.

Vamos colocar em votação o item 15 da pauta. Requerimento de nº 69.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.



O itens 16, 17, 18, 19 e 20 da pauta tratam da mesma finalidade, que é convocar, para esclarecimentos em audiência nesta CPI, o Sr. Wellington Rodrigues, membro da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo. São autores dos requerimentos: Deputados Marco Maia, Geraldo Thadeu, Vanderlei Macris, José Carlos Araújo, Vic Pires Franco, Solange Amaral e outros.

Então, são requerimentos que tratam da mesma finalidade, apenas o de nº 20 convoca 2 pessoas ao mesmo tempo, o Sr. Wellington Rodrigues e também o Sr. Jorge Botelho. Mas como no requerimento de nº 15 já aprovamos o Jorge Botelho, o Jorge Botelho, então, estaria prejudicado aqui no de nº 20. Então, ficam iguais todos os requerimentos de nº 16 a 20.

Sendo assim, iremos colocar em votação conjuntamente os itens 16, 17, 18, 19 e 20 da pauta.

Com a palavra aqueles que queiram encaminhar a votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar a votação, submeto à votação os itens já referidos.

O Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os itens 16, 17, 18, 19 e 20 da pauta.

Passemos agora aos itens 21, 22 e 23. Esses 3 requerimentos tratam também da mesma finalidade, que é convocar em audiência o Sr. Frederico Fleury Curado, Presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER. São autores o Deputado Marco Maia, o Deputado Dr. Ubiali e Deputado Eduardo Cunha.

Vamos colocar em votação, conjuntamente, os itens 21, 22 e 23.

Os Srs. Deputados que queiram encaminhá-los, estão com a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar os requerimentos, vamos colocar em votação.

E votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os itens 21, 22 e 23 da pauta.

Os itens 24, 25, 26, 27 e 28 tratam da mesma finalidade, que é convocar a esta CPI o Sr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da Empresa de Transporte



Aéreo Gol, que foi o avião vitimado. Todos estes itens, 24, 25, 26, 27 e 28, tratam da convocação do Presidente da Gol, Sr. Constantino de Oliveira Júnior.

A palavra está franqueada para quem quiser encaminhar esses requerimentos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, surgiu uma dúvida, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Estes 27 e 28 são do mesmo autor, Deputado Eduardo Cunha, e falam da mesma coisa, só que em um ele pede para convidar e no outro ele convoca. Eu gostaria de saber se são 2 requerimentos ou se é 1 só que nós vamos votar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, foi um erro. Eu assinei vários requerimentos. Eu estou querendo convocar o Sr. Constantino. Está retirado o requerimento de convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Para encaminhar, o Deputado Wladimir Costa, do Pará.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado, Presidente Marcelo Castro. Gostaria de parabenizá-lo pelo excelente desempenho. Acho que essa loucura toda aqui somente um médico psiquiatra da sua competência, do seu nível para dirimir com tamanha competência.

No item do requerimento de convocação do executivo da empresa Gol, do Constantino, eu observo que tem o termo “convocação”. Eu acho que a empresa Gol foi uma vítima, na minha opinião — uma vítima. Pelo que eu acompanhei pela grande imprensa do nosso País, Presidente Marcelo Castro, a empresa Gol prestou toda uma assessoria, ela deu andamento às indenizações. O proprietário — eu vi, eu assisti na televisão — esteve presente, no dia-a-dia, acompanhando as investigações. Inclusive, eu tenho uma imagem muito nítida no dia em que a Gol, em uma missa, homenageava todas as vítimas desse acidente gravíssimo. Ele chorava compulsivamente.

É isso que eu gostaria de colocar: que a Gol, na minha opinião — não conheço nenhum dos executivos da Gol —, em nenhum momento, demonstrou



qualquer tipo de comportamento adverso ao sentimento das vítimas. Então, eu gostaria de propor aos autores dos requerimentos que trocassem a expressão “convocação” por “convite”, por toda a sensibilidade dos dirigentes da Gol, porque entendo que o pessoal da Gol também é vítima, o acidente atingiu sensivelmente não só os executivos, os proprietários, mas todos os funcionários da empresa Gol em todo o território nacional. Até hoje, vários funcionários da Gol se consultam com psicólogos, porque tiveram um abalo emocional muito grande.

Se nós, cidadãos comuns de todo o País, choramos essas perdas irreparáveis, imaginem aqueles que convivem no dia-a-dia?

Então, somente trocar o termo “convocação” pelo termo “convite” ao representante da Gol. Somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra, porque havia pedido para encaminhar o requerimento, o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, apesar de todo o carinho que eu tenho pelo nosso colega de bancada, Deputado Wladimir, como autor de um dos requerimentos, não vou concordar com a troca, não porque eu esteja fazendo qualquer julgamento à Gol ou a qualquer outra. É uma questão de princípio. Quem vier aqui, se não vier por convocação, vamos ficar na dependência de aceitar ou não o convite. Já debatemos muito isso. Na realidade, a CPI não convida nem convoca; a CPI intima. Isso aqui é uma autoridade judiciária. Então, está exercendo seu papel de inquérito. E no papel de inquérito, quem vem depor, tem que vir depor sob juramento, sob testemunha. Quem não for testemunha, virá na condição de investigado, que ainda não é o caso.

Então, é uma questão de princípio. Se a gente abrir mão desse princípio agora, seja por melhor que seja ou porque não haja suspeição... Não há qualquer suspeição. É apenas para esclarecimento. E se a gente desvirtuar essa linha, certamente amanhã perderemos muito tempo aqui para discutir por que o fulano é convidado e o sicrano tem de ser convocado.

Então, tem que ter uma linha única. Nada contra. Não tenho nenhum juízo, mas, efetivamente, eu acho que tem de ter uma linha única.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, muito esclarecedoras as colocações de V.Exa.



Passo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu, que havia pedido para encaminhar o requerimento. Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, como um dos autores do requerimento, eu gostaria também de dizer que concordo plenamente com o Deputado Eduardo Cunha. Nós temos que ter aqui realmente uma linha de conduta e que realmente seja sempre pela convocação. É uma Comissão de Inquérito. Quem vem aqui vai ter que estar comprometido com a espírito da CPI.

Eu quero dizer também que nós não estamos prejudgando ninguém. Não estamos aqui com o requerimento, com a convocação no sentido de prejudicar. Mas nós não podemos também esquecer que o caos aéreo ainda perdura e que a situação dos passageiros, além do acidente do Legacy com o avião da Gol, o caos aéreo ainda persiste. Nós temos um problema seriíssimo no sistema aéreo. O Dr. Constantino pode muito bem, como Presidente da Gol Linhas Aéreas, prestar aqui valiosas informações: da desinformação aos passageiros, do caos que impera no sistema aéreo e de conexão que nós temos hoje neste País. Então, eu acho que é muito válido na forma de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Passo a palavra, para encaminhar os requerimentos, ao nobre Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, caros Deputados, primeiro eu precisava de um esclarecimento. Com relação à convocação do Sr. Constantino de Oliveira, Presidente da Gol — inclusive, até fiz um requerimento e ele não consta aqui, deve ter sido mudado em algum momento, não sei por que não consta —, queria saber se nessa primeira fase do processo, do esclarecimento do acidente, nós vamos aproveitar a presença do Sr. Constantino para discutir o complexo aéreo, como está sendo usada pelas companhias aéreas a disposição dos aviões, como estão sendo construídas as rotas de vôo. Se vai ser tudo ao mesmo tempo ou não. Queria saber do Relator ou do Presidente se será feito ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dr. Ubiali, como V.Exa. pode observar, quando nós decidimos essa pauta, 93 requerimentos haviam chegado aqui à Comissão. Então, nós fizemos a pauta com 53. Qual foi o critério que nós utilizamos? Foi o critério daqueles requerimentos que estavam



correlacionados com o início do trabalho, estabelecido no roteiro do Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, todos os que estão aqui, como ele estabeleceu eleger o acidente do avião da Gol... Aliás, estou me forçando para dizer o “acidente do avião da Gol”, porque eu já disse algumas vezes “o acidente da Gol”. Um colega, ontem, me chamou a atenção. Disse: *“Deputado, não houve acidente nenhum da Gol. A Gol vai muito bem. É uma das empresas que mais cresce no mundo. Foi um acidente do avião da Gol.”* Então, todos os requerimentos que nós elegemos aqui para colocar em pauta são aqueles requerimentos que estão relacionados com o fato do acidente com o avião da Gol.

Então, o Relator e eu achamos muito pertinente que tanto os pilotos do Legacy quanto o Presidente da companhia Gol, porque foi um avião seu, viessem aqui prestar os seus esclarecimentos para mostrar a visão que eles têm deste fato, o acidente, para que a gente possa ter a visão de todos os lados do acidente, a fim de encaminharmos nosso trabalho e chegar a bom termo.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu havia entendido isso e é por isso que me preocupou e eu me escrevi para falar. Acho que a convocação do Presidente da Gol neste momento não seria tão necessária, uma vez que o avião da Gol foi um elemento passivo do acidente, um elemento que estava na sua rota cumprindo seu trajeto. Não havia nada que ele pudesse fazer para evitar o acidente, segundo todas as informações já disponíveis para o público.

No entanto, eu acho que a presença dele aqui é extremamente importante para esclarecer os outros aspectos do caos aéreo. Eu acho que é muito importante que todas as empresas de aviação venham aqui para esclarecer como se dá essas negociações de rotas de aviação, como é que estão se portando, as dificuldades que eles têm ou as facilidades que eles têm nesse setor.

Então, neste momento, eu acho que a gente poderia postergar a convocação do Presidente da Gol para que ele viesse, aí, sim, no momento de esclarecimento do caos aéreo como um todo, e não do acidente em si, quando não vamos tocar nesse assunto, pelo que entendi da pauta proposta por essa Presidência.

Era o que queria dizer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado. Vamos passar a palavra ao Relator Marco Maia, que é um dos autores do requerimento, porque S.Exa. quer esclarecer o seu ponto de vista.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Nobre Deputado, na verdade, a convocação do Sr. Presidente da Gol nesta oportunidade está colocada dentro daquela idéia e da visão de que temos que ouvir todos os atores envolvidos com o acidente, para que ele possa expressar a sua opinião e possa também ser questionado, inquirido por este Plenário da CPI. Agora, é claro que há muitos dos que serão aqui convocados para falar sobre o acidente da Gol que também terão contribuições a dar sobre o processo como um todo, ou seja, sobre a crise vivida pelo sistema de tráfego aéreo no nosso País.

Então, vou lhe dar mais um exemplo: o Diretor-Presidente da ANAC — vamos votar o requerimento da sua convocatória daqui a alguns minutos — certamente tem contribuições a dar sobre o acidente da Gol, mas tem também contribuições a dar sobre o sistema de tráfego aéreo como um todo.

Como estamos iniciando por algum lugar, temos que tratar sobre as convocações que dão conta do acidente da Gol — do acidente do avião da Gol, fazendo aqui a correção feita pelo Presidente. Então, isso, na minha avaliação, não prejudica em nada que, ao ser inquirido aqui o Presidente da Gol, as Sras. e os Srs. Deputados façam, e este Relator também o fará, perguntas e questionamentos que vão dar conta também do processo de crise no setor aéreo que nós estamos vivendo. Vamos perguntar também sobre a sua compreensão sobre o acidente que envolveu um avião da Gol e que teve o impacto que teve. Até porque vamos ouvir aqui também as famílias das vítimas. Queremos saber como está o processo das indenizações, o que ele acha do processo de crise do setor aéreo, ou seja, vamos fazer um conjunto de questionamentos que vão dar conta de tudo isso.

Então, a aprovação do requerimento do Diretor-Presidente da Gol neste momento pode contribuir com o tema em foco, que é o acidente, e já vai, é claro, apontar conexões com a crise do setor aéreo que nós estamos vivendo. Se V.Exa. ler, inclusive, a proposta de roteiro que foi formulada por este Relator, V.Exa. vai ver que a proposta de roteiro diz que vamos iniciar pelo processo do acidente da Gol, com as conexões ou as interseções que isso possa ter com a crise do setor aéreo



brasileiro. Nesse caso específico, é um exemplo de que teremos alguma pessoa que vai falar sobre o acidente, mas que também já vai estar dando elementos para a crise do setor aéreo brasileiro com as suas conexões, que queremos estar relacionando inclusive com o acidente da Gol. Não estamos investigando o acidente do avião da Gol apenas para investigar o acidente. O que nos interessa também na investigação são as conexões que isso teve com a crise do setor aéreo brasileiro.

Acho que não tem nenhum prejuízo aprovarmos o requerimento e depois, inclusive, discutirmos qual o melhor dia e hora para a convocação do Sr. Presidente da Gol para vir prestar os esclarecimentos a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra, para encaminhar o requerimento, o nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu queria, antes de que alguém faça, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - O Deputado Carlos Willian entregou o documento, o relatório da National Transportation Safety Board que fala sobre o tema da EMBRAER. Queria só encaminhar o pedido de que pudesse ser feita a tradução deste documento, que foi entregue em inglês — alguns aqui falam mais do que os outros o inglês. Que se pudesse encaminhar um processo de tradução para que todos pudessem ter essa informação. Gostaria de dizer também, Deputado, que está aqui como uma proposta de requerimento ouvir um representante dessa entidade, que terá oportunidade de falar sobre todo esse processo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra, para encaminhar o requerimento, o nobre Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - De certa forma, o Relator colocou muito do que eu gostaria de dizer. Apenas acrescento também que nada impede, prezado Deputado Dr. Ubiali, que depois de ouvida alguma autoridade, alguma pessoa aqui, para outro assunto ela seja convocada novamente. Nós podemos fazer isso. Eu queria fazer uma consulta ao Presidente. Queria pedir um pouquinho da atenção do Presidente e do Relator. Prezado Presidente, apenas uma questão. Eu me dei conta aqui, ao longo da votação dos requerimentos, que estamos fazendo uma



convocação ao Presidente da Gol Linhas Aéreas para tratar do tema acidente, com todas as outras interfaces que tem na questão do sistema aéreo como um todo. O.k. Estamos convocando os pilotos do jato Legacy, da empresa — como é o nome da empresa mesmo? — ExcelAire. Eu pergunto: não seria pertinente nós convocarmos, tendo, inclusive, as mesmas precauções jurídicas de que já falamos quando da convocação dos pilotos, os dirigentes da ExcelAire para prestar depoimento aqui nesta CPI? Com as precauções jurídicas que temos que ter, da mesma forma como foi falado aqui em relação aos pilotos. Inclusive porque, também sob o ponto de vista das vítimas, tem a discussão da questão da indenização às vítimas, também presente no que tange a essa empresa, que não é sediada no Brasil. Mas, pelo que a Polícia Federal diz no seu inquérito — pelo menos no que está nos meios de comunicação —, tudo leva a crer que há uma enorme responsabilidade dos pilotos dessa empresa por terem deixado o *transponder* desligado.

Então, acredito eu, Sr. Presidente, se fosse possível, agregar nesse requerimento também a convocação dos dirigentes, da direção da empresa ExcelAire. Acho que seria muito importante. Não me lembro que tenha algum requerimento aqui propondo isso, pelo menos na leitura inicial.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Sr. Presidente, me permita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com prazer, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Na verdade, o senhor tem razão nessa sua afirmativa. Quando nós fizemos a discussão na terça-feira aqui sobre o roteiro, esse tema veio à pauta, inclusive com a convocação da Boeing, para que se possa ouvir também os fabricantes do avião. Então, já que estamos convocando a EMBRAER, por que não convocar a Boeing, que também tem estudos e reflexões sobre o tema?

Esses requerimentos já foram encaminhados. Eles só não tiveram o tempo hábil, porque nós preparamos a pauta na terça-feira à noite, para que entrassem na pauta de votações. Mas eles estarão, com certeza, na próxima pauta de votação, esses requerimentos tratando dessas duas empresas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. tem absoluta razão, porque se estamos convocando o Presidente de uma empresa, temos que manter a equidade.

Com a palavra, para encaminhar o requerimento, o nobre Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, de forma bem sucinta, apenas para encaminhar contra, *data venia* todo o respeito à proposta do Deputado Wladimir Costa, a proposta de convidar o Presidente da Gol, e não convocá-lo. Primeiro, pelos argumentos que já foram trazidos de que a convocação tornaria obrigatória a presença, e o convite, não. Em segundo lugar, do fato de se dizer que a Gol é vítima do processo — particularmente, tenho defendido isto — eu discordo, porque, no acidente, ainda há dúvidas quanto à questão do teto, se estava se mantendo o teto, se era para ter mudado ou não.

Mas, *a priori*, não trata esta CPI só do acidente da Gol, mas também do caos aéreo, do apagão instalado nos aeroportos, no qual a Gol tem tratado com descaso, humilhado e menosprezado os consumidores, os cidadãos e os usuários daquele transporte. Eu, inclusive, já fui vítima dos maus tratos, porque a Gol menospreza, deixa sem qualquer informação, atrasa os vôos, culpa os outros.

Então, a Gol, como as outras empresas prestadoras de serviços, tem que comparecer a esta CPI, porque a questão do consumidor, conforme debatido com o Relator Marco Maia num primeiro momento, também deve ser percebida e instalada como sendo um norte na busca de soluções, de se apresentar sugestões, marcos regulatórios, como o Código da Aviação Aérea e também o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 8.070/90, para que a gente possa realmente buscar informações.

Então, resumindo, a convocação do Presidente da Gol se faz necessária para que ele preste também esclarecimentos pelas falhas na prestação de serviços, *overbooking*, venda de passagens, descaso e menosprezo com os consumidores, a população e o cidadão brasileiro, que, no final das contas, é o grande destinatário do trabalho todo que estamos realizando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como último orador, para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Leonardo Quintão.



O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Sr. Presidente, eu ia utilizar a palavra pela ordem, mas vou aproveitar o momento. Estou lendo aqui, para contribuir com a informação que o Deputado Carlos Willian trouxe e que é muito valiosa, um laudo do National Transportation Safety Board, órgão que controla a aviação americana em questões de segurança. Isso aqui é uma recomendação de segurança. Foi criada, no National Transportation Safety Board, uma comissão que está acompanhando também, junto com os órgãos americanos, as informações das diligências e das investigações.

Estou um pouco estarecido, Sr. Presidente, com o que está escrito aqui a respeito do *transponder*, não do *transponder* do Legacy, porque aqui está tratando do *transponder* de todas as aeronaves. Há uma recomendação para que as empresas aéreas possam orientar melhor seus pilotos na utilização do *transponder*. Falam aqui de questões de utilização do *transponder*, das luzes de informação do *transponder* no avião, porque é fácil desligar o *transponder* num avião, por acidente, e recomendam as empresas aéreas a estarem orientando os pilotos na utilização do *transponder*.

Então, este documento aqui, Deputado Carlos Willian, é de extrema importância para esta Comissão. Seria importante o traduzirmos para os outros membros da Comissão, e acho que seria interessante convocar um membro do National Transportation Safety Board, para que ele possa também nos orientar aqui. Isto aqui não está condenando o jato da empresa EMBRAER; está dizendo, em geral, sobre a utilização do *transponder* em todos os aviões, independente de ser uma produção brasileira da EMBRAER ou não.

O que fico muito preocupado é que realmente esse equipamento, o *transponder*, da maneira como foi colocado aqui, não tem muita preocupação, por parte dos pilotos, de estar ligado ou não. Então, é importante essa informação para que ela possa ser traduzida e a convocação também, a sugestão de estar convocando um membro do National Transportation Safety Board, que é o órgão americano que controla o tráfego aéreo americano e as suas devidas aplicações, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só para uma informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois, não.



O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Se vocês olharem o roteiro que foi apresentado com as proposições de requerimento de convocação, vocês verão que está lá a convocação de um representante dessa organização. Nós só não fizemos ainda o requerimento porque estamos contatando. Essa organização não tem atuação ou representação aqui no Brasil, e estamos buscando a informação para saber qual pessoa efetivamente deva ser convocada por esta CPI. Por isso não foi ainda feito esse requerimento. Nós estamos só aguardando isso para que seja elaborado esse requerimento.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - No caso de uma ida a algum país ou aos Estados Unidos, poderemos visitar o National Transportation Safety Board, que está também fazendo a investigação nos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sr. Presidente, Sr. Relator, parece-me que a FAA americana é a correspondente à nossa ANAC. Também, pela regra internacional, as companhias e o tráfego aéreo brasileiro participam e compartilham das mesmas regras internacionais compartilhadas pela FAA.

Portanto, queria sugerir, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nós, na hipótese e no momento em que a ANAC aqui estiver, ou imediatamente, com a assessoria da CPI, já iniciássemos, através da ANAC, o relacionamento, porque sei que funciona por ali, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, pela ordem. Queria um esclarecimento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O National Transportation Safety Board é um organismo norte-americano.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Do Governo americano.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Do Governo americano, exatamente. Portanto, não é um organismo internacional que regula e define regras para o sistema aéreo internacional. Então, eu quero aqui questionar a conveniência de nós trazermos aqui um organismo de outro país, onde tem uma empresa de outro país



interessada no tema, para definir regras aqui. Eu acho que o organismo internacional regulador, tudo bem. Agora, o National Transportation Safety Board, acho que não é caso. Nós devíamos aprofundar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. tem razão, Deputado Pepe Vargas. Esse assunto foi puxado, mas não está ainda no contexto, porque há requerimentos para isso e ele será votado na hora oportuna.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, lembrando aqui, nós vamos colocar em votação, depois dessa longa...

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Dr. Ubiali, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Gostaria que fosse apensado aos requerimentos o meu Requerimento nº 21, sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com muita justeza, nobre Deputado Dr. Ubiali. Pedimos escusas a V.Exa., porque inadvertidamente não foi relacionado o requerimento de V.Exa., que foi um dos primeiros que fizeram requerimento nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu quero me somar ao Deputado Pepe Vargas e também — dei uma lida muito rapidamente, uma passada de vista aqui — concordar com o Deputado Leonardo Quintão, que em nenhum momento aqui está fazendo referência à capacidade, competência e qualidade do Legacy, apenas de alguns eventuais problemas com o *transponder*, que não é da EMBRAER.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, vamos colocar em votação, conjuntamente, os itens 24, 25, 26 e 27 da pauta, uma vez que o 28 se



encontra prejudicado, porque trata do mesmo assunto e o Deputado Eduardo Cunha o retirou.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, o item 25 tem um texto diferente dos itens 24, 26 e 27. A menos que o autor modifique o termo, temos que votar separado ou tornar prejudicado, se aprovar outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O item nº 25, porque convida. Então, pergunto ao Deputado Geraldo Thadeu se ele trocaria “convidar” por “convocar”, porque ficariam uniformes todos os requerimentos e nós poderíamos votá-los em conjunto.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, estamos de acordo.

O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Acolhendo a sugestão anterior, do Deputado Eduardo Cunha, para que, de agora em diante, todos os requerimentos aprovados nesta Comissão tivessem como praxe a convocação, para não haver distinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ - E não levasse a essa discussão posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

Juntamente com esse requerimento, estamos colocando o requerimento do Deputado Dr. Ubiali, que trata do mesmo assunto. Foi um equívoco não ter sido incluído na pauta, quando deveria ter sido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas, Sr. Presidente, acho que V.Exa. pode até apensar alguns. Colocar o requerimento agora, nessa altura, teria que ser extrapauta, porque a pauta já foi feita. Poderíamos abrir um precedente regimental. É perigoso até.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro. V.Exa. está coberto de razão. Eu usei o termo errado. Vou apenas apensar, porque vem no mesmo sentido e não prejudicaria.

Então, em votação os Requerimentos nºs 24, 25, 26 e 27.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.



Relembro aos nossos companheiros que houve aqui um momento de descontração e nós deixamos de cumprir aquilo que havíamos acertado antes, que é falar o mínimo possível para poder adiantar os trabalhos.

Devo dizer que há apenas 3 itens aqui. Votando, nós vamos conseguir fechar a nossa pauta. Será uma vitória para nós, no primeiro dia, votarmos os 53 requerimentos que estão em pauta.

Então, vamos passar aos itens 29, 30 e 31, com relação aos Requerimentos nºs 76, 9 e 39, que tratam da convocação do Sr. Milton Zuanazzi, que é o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC. Vou colocar em votação os itens 29, 30 e 31, que são concernentes ao mesmo assunto, tratam da mesma finalidade, que é a convocação do Sr. Milton Zuanazzi.

Está franqueada a palavra aos autores de cada um desses requerimentos.
(Pausa.)

Continua franqueada a palavra para quem quiser encaminhá-los. (Pausa.)

Não havendo, submeto-os à votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados os itens 29, 30 e 31.

Passemos agora aos itens 32 e 33, requerimentos de número 75 e de número 48, que solicitam a convocação do Sr. Major-Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os 2 requerimentos são no mesmo sentido, convocando o Major-Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, o item 32 e o item 33.

Nós já acertamos aqui que o que estiver convidado vão ser todos convocados. Então, onde estiver “convidado”, leia-se “convocado”. Então, estamos convocando o senhor...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Se o Regimento Interno distingue a questão de convocado ou convidado, não há problema algum em convidar ou convocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro, evidente.



O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Acho que aquele que é vítima, uma possível, uma suposta vítima nesse caos, nessa situação, ele vem como convidado. Agora, aquele que nós tenhamos informações de que contribuiu para o caos e uma série de coisas, convocado. Acho que é bom dividir. Se o Regimento Interno nos ampara, vamos usar o que diz o Regimento.

É tão-somente isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Agora vou colocar em votação os itens 32 e 33.

Os Srs. Deputados que aprovam os requerimentos dos itens 32 e 33 permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os itens 32 e 33 da pauta.

Vamos passar agora aos itens 34, 35 e 36, que convocam o Sr. Jorge Cavalcante, representante da Associação de Parentes e Amigos das Vítimas do Acidente da Gol. São 3 requerimentos nesse sentido, e vamos submetê-los à votação.

Está franqueada a palavra para quem queira encaminhá-los. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhá-los, submeto-os à votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Por último, o requerimento de autoria da nobre Deputada Luciana Genro, um requerimento extrapauta que ficou para o final, é o último de hoje. A Deputada Luciana Genro e o Sr. Deputado Ivan Valente requerem sejam enviadas à CPI cópias, legíveis e autenticadas, das escalas de serviços dos Centros Integrados de Controle de Tráfego Aéreo, CINDACTAS I, II, III e IV, no período compreendido entre 20 de março e 20 de abril de 2007, bem como dos autos do Inquérito Policial Militar — IPM instaurado para apurar a circunstância de fato que desencadeou a paralisação do serviço de controle do tráfego aéreo brasileiro no dia 30 de março de 2007.

Para encaminhar o requerimento, está com a palavra a nobre Deputada Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Apenas uma pergunta a V.Exa.: se é possível alterar, se houver acordo de todos, essa data, para que possamos



também abarcar o período do acidente aéreo, porque estou aí abarcando o período do movimento dos controladores. Não sei se, regimentalmente, é possível fazer essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para não abrir esse precedente, comprometemo-nos assim: V.Exa. faz um requerimento e nós o incluiremos — fica o compromisso aqui — já na próxima pauta.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Está o.k.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, parece-me que o da Deputada Luciana já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, foi aprovada a inclusão na pauta. Agora temos que aprovar o requerimento.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Não, é que ela quer o pessoal que estava de serviço. Nós aprovamos um requerimento para o pessoal que estava de serviço. Se não me engano, já está aprovado. É isso o que quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, sim. Já foi aprovado. O Deputado Miguel tem razão.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, a Comissão aprovou na última sessão uma diretriz de encaminhamento, uma diretriz. Em cima dessa diretriz estamos aqui votando diversos requerimentos, dentro de uma certa lógica. Ninguém... Não temos a ilusão de que é nossa competência resolver problemas sindicais. Nosso problema é investigar o acidente entre um avião e outro avião e aquilo que resultou nesse acidente, que pode ser de falha humana, pode ser falha de estrutura do sistema. Temos também que, subjacente a esse contexto, existe uma reivindicação sindical, ora atendendo à desmilitarização do serviço, ora voltando a manter o atual contexto. Nossa missão aqui não é resolver esse problema estrutural do Estado. Nossa missão aqui é dar um parecer sobre a responsabilidade pelo acidente. Podemos até contribuir, como foi dito na semana... na nossa intervenção na vez passada, e buscar reconstruir o marco regulatório e o marco de proteção ao consumidor. Mas esse caso aqui, esse requerimento



extrapola totalmente a nossa competência, como é a de uma CPI, em nos trazer para a Comissão aqui problemas sindicais, problemas sindicais. Por essa razão, sou contrário, aí, ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, o Deputado Ubiali, que havia pedido a palavra, e em seguida o Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, de fato, a CPI tem como meta fazer um trabalho específico de esclarecimento das causas do acidente e de como está o tráfego aéreo neste momento. Por isso, trazer para agora, ainda ausentes dados novos, esse assunto, acho no mínimo precoce. Nesse sentido, também sou favorável ao depoimento do Deputado Valverde de ser contra o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, nobre Deputado Carlos Willian. Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, parabenizar o nobre Relator pela condução dos trabalhos e os colegas desta Comissão, porque na verdade nós estamos dando uma resposta à população brasileira, e já aprovamos por unanimidade todos os requerimentos. E nesse trabalho, Sr. Presidente, nós tivemos alguns momentos de embates, e um momento até em que fui mal compreendido, e respondi de forma indelicada ao meu colega e conterrâneo Miguel Martini, um Deputado competente, que inclusive tem muito a contribuir com esta Comissão, porque ele é controlador, ou foi controlador de vôo, e iria fazê-lo pessoalmente, posterior a esta reunião. Mas como achei que fui deselegante em público, eu, como cristão, e ele também, como bom cristão, eu gostaria de fazer a desculpa em público. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Beto Mansur.



O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Só para defender o requerimento, acho que é importante, Sr. Presidente, acho que não tem disputa política, nem uma questão, aí, de entendimento de que determinadas lideranças sindicais poderiam influenciar no processo. Acho que este momento é um momento da mais alta importância para que a gente possa ouvir os controladores, ouvir os fabricantes do avião, que... a EMBRAER e seu Presidente, seu ex-Presidente, ouvir os componentes da GOL. Nós precisamos, na verdade, ter um caldo de informação para que possamos, através dessas informações, ter toda a condição de esta Comissão Parlamentar de Inquérito chegar a suas conclusões. Acho que neste momento nós convocarmos, ouvirmos e sabermos exatamente das escalas desse movimento que ocorreu com os controladores de vôo, civis ou militares, para nós é muito importante, porque nós vamos ao âmago da questão, vamos levantar o problema lá dentro, saber dos controladores, saber de quem está sendo, inclusive, levantado o problema junto à Aeronáutica, que vem sofrendo aí uma série de represálias de diversos setores, que a gente possa levantar o problema exato do que está acontecendo com os controladores de vôo, quer eles sejam civis, quer eles sejam militares. Então, a escala e a futura vinda desses controladores, a gente vai saber exatamente o que está ocorrendo dentro do Sistema Aéreo Brasileiro. Por isso, sou a favor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, para orientar pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, encaminhar V.Exa. já terminou. Já é para orientação mesmo, de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, pois não. Nobre Deputado Eduardo Cunha, para orientar a bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, o PMDB acompanhou e vai continuar acompanhando a posição do Relator, que se manifestou quando houve a inclusão extrapauta pelo acolhimento do requerimento. Então, o PMDB votará favoravelmente ao requerimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, para orientar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para orientar a bancada do Dem...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...dos Democratas, Deputada Solange Amaral com a palavra.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Para manifestar o nosso apoio ao requerimento, acho que não há problema nenhum na presença de um líder sindical. Não vejo dificuldade. Acho que a gente... a gente se manifesta favoravelmente ao requerimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, vamos submeter à votação o requerimento...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de recolocar a questão, porque a forma em que o Deputado Valverde colocou distorceu completamente o requerimento. Está querendo dizer que eu estou trazendo um problema sindical para a CPI. A CPI não tem o objeto de discutir o acidente aéreo, Deputado Valverde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vai começar tudo de novo.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - V.Exa. não leu a ementa da CPI. A CPI tem o objetivo de discutir a crise do Sistema do Tráfego Aéreo desencadeada pelo acidente, e que tem como parte também o movimento que ocorreu no dia 30. E é por isso que nós precisamos também nos deter em receber informações sobre aquele momento que foi drástico na crise do Sistema Aéreo Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sim, mas vamos submeter à votação...?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, só para dizer exatamente isso, que a inclusão extrapauta e a assinatura, porque eu assinei o requerimento da Deputada Luciana Genro, foi nesse espírito, ele está dentro do espírito daquilo que se espera dos requerimentos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Em votação o requerimento de autoria da Deputada Luciana Genro. Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado, com 2 votos contrários.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado... Contrário, Deputado Ubiali, Deputado Valverde. Com a palavra então o nobre Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, apenas duas questões importantes, eu acho, para o andamento desta Comissão. A primeira delas é a questão dos requerimentos de informação que nós aprovamos. O Regimento Interno da Casa fala no prazo de 30 dias, nas solicitações deste Poder a outros órgãos do Estado, que eles têm para apresentar suas respostas. No caso da CPI, essa questão não é, parece-me, não é especificada. Em sendo assim, solicito a V.Exa. que solicite aos órgãos as informações necessárias aprovadas nos requerimentos que apresentamos e dê um prazo de 15 dias. É uma sugestão apenas, com prazo de 15 dias. Evidentemente, a juízo de V.Exa., algumas informações podem ser mais elásticas etc., mas... para que a gente possa apressar as informações que cheguem a esta Comissão, a fim de que possamos participar de uma análise mais apurada e com mais tempo de avaliação, esse é um primeiro ponto. Como segundo ponto, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: acabamos de aprovar um requerimento de autoria do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Marco Maia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...Marco Maia, solicitando informações ao Tribunal de Contas da União, que é o 82/07, do relatório que o Tribunal de Contas promoveu. Eu queria lembrar a V.Exa., e faço um apelo, tanto quanto o Deputado Ubiali. Eu tenho impressão de que pode ter passado despercebido e, se assim o foi, solicitar que seja votado também extrapauta o Requerimento nº 2, de autoria do Deputado Gustavo Fruet e outros, que fala da mesma matéria, do mesmo relatório, só que ele amplia um pouco mais: ao invés de pedir só o relatório, pede também as auditorias responsáveis pela formulação desse relatório. Eu queria sugerir aos colegas da Comissão que pudessemos, também extrapauta, votar esse mesmo requerimento, tendo em vista que se trata da mesma matéria, como foi feito aí, a pedido do Deputado Ubiali.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pela ordem, Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não pode, não é o procedimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu ia me opor para dizer que o extrapauta tem de ter um requerimento específico ou um terço dos membros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - ...e submetido à votação nominal.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - E o autor tem que estar aqui... E os autores têm que estar aqui para solicitar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, o requerimento se for necessário, é um apelo que faço aos colegas da... está redigido aqui o requerimento, está pronto para ser votado....

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Mas o autor tem que estar presente, para requerer extrapauta.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, é apenas um apelo aos colegas. Se houver dificuldades, apresentamos na próxima reunião. Mas eu gostaria...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não tem amparo, não tem amparo no Regimento. O autor tem que estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Macris, eu entendo o espírito de V.Exa. de colaborar, de contribuir. Mas no caso aqui específico nós não podemos fazer isso, porque os requerimentos têm que ser apresentados antes da Ordem do Dia, no início da sessão. Isso não foi feito. Mas nós podemos estudar o caso para a próxima reunião. Agora, esse requerimento aí do nobre Deputado Gustavo Fruet não se equivale ao do Deputado Dr. Ubiali, porque aí não foi um equívoco; foi deliberadamente deixado de votar, para votar o do Deputado Marco Maia, porque esse requerimento do Deputado Gustavo Fruet — temos que depois conversar com ele — não é preciso. Porque, na verdade, quais são as informações que nós estamos querendo, que o Relator quer, do Tribunal de Contas? São as informações relacionadas com o problema do tráfego aéreo brasileiro. Então, ele fez exatamente um requerimento específico, com essa



finalidade precípua, para que viessem essas informações que nos dizem respeito, e não outras informações que não nos interessem. E...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só para continuar respondendo ao Deputado Macris, quanto a esse prazo, vamos estipular, depois vamos dialogar para ver o prazo mais conveniente, e talvez seja mais adequado, para cada requerimento, dependendo da finalidade, a gente estipularia aquele prazo que seria o mais adequado para aquele requerimento. Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, tão-somente para corroborar aquilo que fora dito pelo Deputado Macris, lembrando ao Relator que só vai auxiliar os trabalhos da Relatoria, porque enquanto o relatório dele... a solicitação dele faz menção a um relatório sobre controle do tráfego aéreo, o Deputado Gustavo Fruet se refere a auditorias, todas elas realizadas sobre controle e segurança do tráfego aéreo. Controle do tráfego aéreo é uma coisa — perguntava eu ao Deputado Miguel —, segurança do tráfego aéreo é outra. Portanto, apesar de parecer impreciso, ele é mais abrangente. Então, na próxima sessão, como disse o Deputado Macris, apresentaríamos e submeteríamos ao Relator, até porque acho que facilitaria o trabalho dele ter essas auditorias em mãos, porque foram elas que embasaram o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Carlos Sampaio, recapitulando aqui, nós fizemos essa pauta na terça-feira à noite, após uma longa jornada aqui, na terça-feira, e após a sessão normal da Câmara. Então, nós procuramos colocar em votação esses 53 requerimentos, não... em nenhum momento há a idéia de que os outros requerimentos que não fizeram parte da pauta não farão no futuro. Por exemplo, esse requerimento do Deputado Gustavo Fruet, vamos dialogar com ele e ver realmente o sentido, porque achamos que, como ficou muito abrangente, não é isso o que nos interessa. Temos que ter o foco daquilo que nós estamos perseguindo aqui, para não correr o risco do que já aconteceu em outras CPIs, em que se investiga tudo, menos aquilo para a qual foi criada, e no final dá em pizza, e isso repercute negativamente, não só para nós como para a imagem do Congresso Nacional. Com a palavra a nobre Deputada Solange Amaral.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, só para agregar ao que está sendo falado aqui, eu queria primeiro lembrar, sobre a questão de prazo, o art. 36, inciso V, que diz que *“a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá estipular prazo para o atendimento de qualquer providência, ou de realização de diligência, sob as penas da lei, exceto quando da alçada da autoridade judiciária”*. Portanto, acho que pelo art. 36, inciso V, a CPI tem o poder de estipular os prazos. E na segunda questão, na questão dos requerimentos que o Deputado Macris e o Deputado Carlos Sampaio colocam, queria propor, para que a gente agilize na próxima reunião — senão vai ser uma chuva de requerimentos de inclusão em pauta; nós estamos preparando os nossos, outros estão preparando outros —, então, se a gente pudesse, por algum consenso, deixar para votar só... a gente incluir um outro número de requerimentos, para que a gente possa avançar, até porque envolve documentações que vão demorar a chegar, como foi lembrado aqui. Então, queria pedir, para que na próxima reunião não tenhamos uma chuva de requerimentos de inclusão em pauta, porque acontecerá, se não conseguirmos nos reunir e focar em alguns requerimentos para que a Comissão possa avançar. Essa era a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito pertinente, Deputada Solange. E nós queremos fazer exatamente isto: manter todo o diálogo, todo o entendimento, para que possamos conduzir esta CPI no melhor clima de harmonia e entendimento. E apenas esses requerimentos que colocamos hoje, imaginem, na terça-feira à noite nós tínhamos... 93 requerimentos tinham chegado à Casa. Tínhamos que decidir, porque a reunião era no outro dia. Então, conseguimos ainda incluir 53 dos 93. Acho que foi um avanço muito grande. E mais ainda: quero aproveitar este instante para parabenizar a V.Exas., porque hoje foi um dia muito produtivo. Quer dizer, uma pauta extensa, com 53 itens, tratando dos mais variados assuntos, e nós, dentro de um tempo que não foi excessivo, conseguimos esgotar a pauta. Então, com a palavra o Deputado Beto Mansur.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sr. Presidente, só para lembrar, acho que esse relatório do Delegado Renato Sayão é um dos mais importantes para a gente. Acho que, logicamente, vamos iniciar nossos trabalhos possivelmente durante este final de semana, em que não vamos estar trabalhando, mas, mais



precisamente, visitando lá o CINDACTA, a partir de segunda-feira. Eu faria um apelo à Mesa, à Presidência e ao Relator, para que pedissem esse relatório com a maior celeridade possível, para entregar aos componentes da Comissão, porque, logicamente, a Polícia Federal e os diversos órgãos aeronáuticos brasileiros já vêm trabalhando nesse fato desde o mês de setembro. Então, a gente vai ter, concentrada num único documento, que é esse relatório, possivelmente uma informação muito rica, para que a gente possa trabalhar. Então, a maior celeridade possível para a gente poder ter esse documento seria de muita importância para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nobre Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Obrigado. Eu estou com a palavra. Somente para me aliar às palavras do nobre Deputado Beto Mansur acerca da celeridade da liberação desses documentos para a nossa posterior análise, e me aliar também às observações do nobre Relator, Deputado Marco Maia. E parabenizá-lo, Presidente, já no final desta sessão, quase no final desta sessão, pelo trabalho auspicioso, claro, independente e transparente que V.Exa. vem desenvolvendo. Somos do nosso querido PMDB, e conheço sua integridade e a espiritualidade pública que V.Exa. tem. Não tenho dúvida alguma de que todos nós, no final destes trabalhos aqui, no encerramento geral da CPI, todos nós vamos sair muito orgulhosos de V.Exa. e do nobre Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, permita-me um convite à reflexão, rapidamente, sobre a ordem e o cronograma dos trabalhos. Sendo certo que a sugestão apresentada pelo Relator na outra reunião foi acolhida por todos, de dividir, estabelecer um cronograma, pelo que eu pude observar, Sr. Presidente, nós hoje aprovamos a auscultas de 16 instituições ou pessoas. Se nós, por exemplo, imaginarmos que durante uma semana, seguindo aquela propositura de V.Exa. — terças e quintas, audiências; e em cada uma delas, duas dessas instituições ou pessoas sejam ouvidas —, nós teremos 4 por semana, 4 instituições e/ou pessoas por semana. Bom, hoje são 10. Temos, na verdade, para o cronograma que sugere



o Relator, um número de semanas menor do que o número que nós gastaríamos. Nós vamos gastar para isso pelo menos 4 semanas. No entanto, vamos ter praticamente duas semanas e pouco. Olhem que drama! Quero apenas transferir a V.Exa. essa preocupação preliminar. Significa dizer que nós vamos findar convergindo para a necessidade de esforço concentrado, e aí não tem jeito. Quem sabe numa sexta-feira, invadir sexta-feira de manhã até à noite para ganhar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ...o terreno perdido, recuperar esse terreno perdido. Apenas para mais um dos pontos de reflexão da organização dos trabalhos, essa foi a equação que me chamou atenção. O tempo urge.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra, porque já havia pedido, o Deputado Efraim Filho, depois o Deputado Rocha Loures, depois o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Indo ao encontro da palavra do Deputado Otavio Leite, Presidente, e parabenizando-o pela condução do processo, em que estivemos realmente esgotando a pauta numa tarde produtiva, agora, com essa preocupação de que nós teremos 2 dias de trabalho com audiências públicas e apenas um dia para votação de requerimentos, e vimos que hoje, com consenso, praticamente sem discussão dos requerimentos, nós levamos quase 4 horas, coloco a sugestão de V.Exa. para uma decisão *a posteriori*, uma reflexão junto com o Relator, de nós estudarmos na quarta-feira, que vai ser o dia de votação de requerimentos, que nós possamos antecipar a audiência para o período da manhã, iniciando tal qual na terça e na quinta às 10h da manhã, como fizemos no dia de hoje. Então deixo essa sugestão, para que na quarta-feira... porque se nós começamos às duas horas, com aquela tolerância regulamentar, e a Ordem do Dia começando às 4 horas, teremos uma produtividade de votação de requerimento bastante ínfima, e acredito que não é o desejo do Presidente, do Relator, e tampouco dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É evidente. Vou levar em consideração a observação de V.Exa. Por último, o nobre Deputado Rocha Loures com a palavra.



O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sr. Presidente, o documento entregue ao Relator, vindo da autoridade norte-americana de tráfego aéreo, contém termos técnicos em profusão, como o TKS, o nosso TCAS, termos como CVR, ATC, terminologias internacionais próprias e atinentes à questão técnica do controle de tráfego aéreo internacional. Para que não haja interpretação difusa, múltipla ou traduções, até porque não me parece... a mim, pelo menos, não ficou claro, Deputado Marco Maia, e com relação à tradução desse documento, e por ser um documento em inglês, eu gostaria de receber um esclarecimento de V.Exa. com relação a se nós talvez não deveríamos ficar por conta, Sr. Presidente, do Relator ou da Presidência, de que se obtenha uma tradução, para que seja a mesma interpretação adotada e que não entremos numa polêmica por conta do idioma. Esse é o encaminhamento, Sr. Presidente, que eu gostaria de ver esclarecido neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito oportuno, Deputado Rocha Loures. Vamos solicitar um tradutor juramentado, para que não possa haver nenhuma dúvida sobre o conteúdo daquilo que foi traduzido. Então, nada mais havendo... Ah, antes disso, quero reafirmar e convidar todos os Srs. Deputados titulares e suplentes da Comissão para segunda-feira, impreterivelmente, estarmos aqui neste recinto, às 14h, para daqui sairmos em conjunto para visitar o CINDACTA I aqui de Brasília, conforme foi aprovado no Requerimento nº 1.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no dia 15/05/2007, às 11h da manhã, no Plenário 11.

Está encerrada a presente reunião.